

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL – UFSC/UNOESC
DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

UMA NOVA ABORDAGEM PARA O ENSINO DA COMUNICAÇÃO

Jeanine Kassia Bellini Guedes

Dissertação apresentada em cumprimento parcial às exigências
do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de
Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Professor Norberto J. Etges, PhD

FLORIANÓPOLIS - SC
2000



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

“Uma nova abordagem para o ensino da comunicação”

Dissertação submetida ao Colegiado do
Curso de Mestrado em Educação do Centro
de Ciências da Educação em cumprimento
parcial para a obtenção do título de Mestre
em Educação.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 29/09/2000

Dr. Norberto Jacob Etges (UFSC - Orientador)

Dra. Yolanda Flores E. Silva (UNIVALI - Examinadora)

Dr. Ari Paulo Jantsch (UFSC - Examinador)

Dra. Joana Sueli De Lazari (UFSC - Suplente)

**Dra Edel Ern
Coordenadora PPGE**

Jeanine Kassia Bellini Guedes

Florianópolis, Santa Catarina, setembro de 2000.

Agradeço às professoras Ilka Goldschimdt Vitorino, Clélia Fantoni Bencke e Mary Neiva Surdi pelo apoio propiciado durante esta etapa e a meu orientador, professor Norberto Etges, incansável em seu incentivo e nas sábias palavras que tantas vezes apontaram-me o caminho.

Um agradecimento especial à minha família e acima de tudo a meu esposo, meu grande incentivador. Pelos momentos que deixei de estar a seu lado, pelo eterno estímulo à carreira acadêmica e ao aperfeiçoamento constante, pela compreensão e carinho que foram decisivos em todos os momentos dessa caminhada, dedico este trabalho a meu amigo de todas as horas, amado e amante, João Carlos Guedes.

RESUMO

O advento do ciberespaço potencializa novas perspectivas para que a organização social volte-se mais ao reconhecimento e à valorização das qualidades humanas de cada pessoa e à cooperação. Para este fim, será necessário que todos entendam a importância da comunicação na construção dos diferentes mundos que permeiam os pensamentos de cada indivíduo. Os professores precisam ser verdadeiros mestres nessa jornada e têm como missão construir um ambiente que incentive um coletivo autônomo e cooperativo. As pessoas que participam deste coletivo, por sua vez, agirão dessa forma nos outros ambientes a que cada um pertence, efetuando uma teia de relações sociais mais consistentes e mais preocupada com a valorização da vida. Essa missão acentua-se em especial àqueles que auxiliam na formação dos que estarão lidando com a comunicação através dos veículos em seu dia-a-dia. O objetivo deste trabalho é contribuir para que os cursos de Comunicação Social sejam instituições docentes cooperativas e criadoras. Para isso, buscamos propiciar aos professores algumas contribuições teóricas para o ensino da comunicação.

ABSTRACT

Cyberespace and the new paradigm of communication potentialize new perspectives to social organization. It tends to stimulate recognition and valuation of human qualities in each person and also to cooperation. It is necessary that everybody understands the role of communication in the construction of different worlds which permeate the thoughts of each individual. Professors need to be true masters and have as mission the construction of an environment that stimulates autonomous and cooperative collective. People who participate in this collective, though, will act this way with the others and in the environment to which one belongs, effecting an increasing web of consistent social relations and people more concerned about the valuation of life. This mission is especially important to those who assist the formation of the ones who will be dealing on directly with the communication daily through the vehicles. The aim of this project is to contribute for Social Communication Courses to come cooperative and creative Teaching Institutions. The objective is to propitiate to the professors some theoretical contributions for the teaching on communication.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	01
1. AS TEORIAS DA COMUNICAÇÃO.....	07
O surgimento.....	07
A Escola de Chicago, a Pragmática e o Funcionalismo.....	12
A Teoria Matemática da Comunicação e a Cibernética.....	15
A Teoria Crítica e a Cibernética.....	18
Uma Teoria Lingüística.....	20
França e Inglaterra.....	22
As Sociologias Interpretativas.....	24
Novas Contribuições da Lingüística e da Literatura.....	26
O Panorama Político-Econômico.....	28
2. O MUNDO: UMA IMENSA TEIA SEM A ARANHA.....	34
Animais, Humanos e Máquinas: as Diferenças.....	36
3. A COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO DA ECOLOGIA COGNITIVA.....	42
Somos Todos uma Equipe.....	43
O Hipertexto da Vida.....	46
A Possibilidade da Comunicação Todos-Todos.....	50
4. AS TECNOLOGIAS E A INTELIGÊNCIA COLETIVA.....	55
Uma Viagem às Cavernas.....	56

Evoluções Tecnológicas e Sociais.....	60
5. RELAÇÕES HUMANAS E SOCIAIS.....	66
Os Dois Caminhos da Objetividade.....	67
6. AUTONOMIA E COOPERAÇÃO NA SALA DE AULA.....	72
Transcender as Disciplinas e Compartilhar Conhecimentos.....	72
7. UMA PROPOSTA PARA OS CURSOS DE COMUNICAÇÃO.....	83
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94
10. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	96
11. ANEXOS.....	98
Carta de Transdisciplinaridade.....	99
Diretrizes curriculares para o Curso de Comunicação Social – Jornalismo.....	104

INTRODUÇÃO

“A vida é um processo contínuo de aprendizagem. A educação tradicional não significa mais que a primeira etapa de um longo caminho que nunca termina. Com toda propriedade, podemos dizer que os ensinamentos superiores vão ser comprometidos, e talvez, substituídos pela sociedade da aprendizagem. Nesse caminho, os meios de comunicação vão nos acompanhar, inevitavelmente, mesmo contra nossa vontade, transmitindo-nos uma quantidade abusiva de informações, bombardeando-nos com fatos e dados, distorcendo nosso ideal de conhecimento: este é fruto da abstração, resulta de um esquema organizado que nos permite relacionar algumas coisas a outras, umas idéias a outras, e referi-las a um contexto, a uma situação ou a uma realidade determinados. Tudo isso requer um tempo para reflexão e outro para dúvidas. Algo que a velocidade em que se sucedem as coisas nas autopistas da informação não permite.” (CEBRIÁN, 1999)

Satélites, fibras ópticas, digital, multimídia, ciberespaço. Todas essas tecnologias potencializam novas formas de organização e de construção do laço social. O homem em interação com o meio ambiente que o cerca, em conexão com outros agentes humanos e biológicos e com as técnicas que coexistem em seu dia-a-dia, produz novas formas de comportamento, de cultura, de relacionamentos, de conhecimentos.

Nessa evolução, a comunicação assume papel extremamente importante, pois é ela quem permite a interação entre esses diversos atores. Por isso, neste trabalho busco entender a comunicação como caminho para a construção de um mundo onde haja mais cooperação e autonomia, maior respeito mútuo e uma conseqüente valorização do ser humano e da vida.

A história permite acompanhar a influência que cada conquista da comunicação teve e tem para o desenvolvimento humano. Desde o

estabelecimento de uma linguagem e da fala até os equipamentos de última geração, todos os passos foram potencializadores de etapas marcantes da vivência humana na Terra. A escrita, a imprensa, os meios eletrônicos, desencadearam, cada um em sua época, profundas mudanças no cotidiano.

No Brasil, os anos 90 trouxeram novos equipamentos, até então restritos aos países desenvolvidos, que geraram grandes transformações em tudo o que se faz e produz, suscitando metamorfoses na estrutura social. Nos últimos cinco anos, em especial, torna-se cada vez mais popular o uso da rede mundial de computadores, a Internet e a navegação na *World Wide Web* (grande teia mundial), também conhecida como ciberespaço. A diferença entre elas é explicada pelo físico inglês Tim Berners-Lee, inventor da *World Wide Web*, em entrevista à Revista da Web:

“A Internet é uma rede de redes. É feita de computadores e cabos e transmite pacotes de informações a qualquer lugar do mundo. Já a Web é um espaço abstrato. Se na Internet você encontra computadores, na Web você encontra documentos, sons, fotos, vídeos, ou seja, informações. As conexões, na Net, são feitas por cabo. Na Web, pelos links em hipertexto. A Web existe por causa de programas que se comunicam pelos computadores, ela não existiria sem a Internet. A Web tornou a Internet útil, pois as pessoas estão interessadas em informação (ou conhecimento) e não querem saber de computadores e cabos.” (BERNERS-LEE citado por SHIMIZU¹, 2000 – p. 31).

O espaço abstrato da Web é também chamado de espaço virtual. O significado da palavra virtual, que no uso corrente é empregada com frequência para significar a pura e simples ausência de existência, ou ilusão, é explicado pelo filósofo francês Pierre Lévy, que é também uma de nossas principais fontes de estudo para o desenvolvimento deste trabalho bibliográfico:

“A palavra virtual vem do latim medieval *virtuallis*, derivado por sua vez de *virtus*, força, potência. Na filosofia escolástica, é virtual o

que existe em potência e não em ato. O virtual tende a atualizar-se, sem ter passado no entanto à concretização efetiva ou formal. A árvore está virtualmente presente na semente. Em termos rigorosamente filosóficos, o virtual não se opõe ao real mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes." (LÉVY, 1996 – p. 15)

Segundo o autor, virtualizar seria passar de uma solução dada a um problema, ou seja, seria o questionamento constante de algo que parece estabelecido, mas que pode ser suscetível de mudanças sobre determinados aspectos. Pode-se então dizer que a virtualização assegura a metamorfose dinâmica e constante da sociedade humana. Nesse sentido, a Web tem muito a contribuir com a evolução humana, porque permite a indagação e a simulação de problemas, de novas abordagens para temas antigos ou das soluções que se apresentam. Lévy aborda esse novo meio de comunicação como uma esperança para a formação de um laço social mais harmonioso, em que as qualidades humanas e subjetivas sejam valorizadas e haja, em vez de competição, cooperação.

O ciberespaço surge com uma força inegável e, aliado ao novo paradigma da comunicação, abala as estruturas de toda a sociedade. Para acompanhar essa metamorfose, a educação precisa agilizar-se e implantar mudanças para não correr o risco de ser suplantada por essas tecnologias que, sem o devido cuidado, podem representar o aumento da exclusão, da violência, da criminalidade. CEBRIÁN (1999 – p.121) argumenta que, a não ser em algumas instituições de países muito ricos, os sistemas de ensino não conseguem obter os mesmos recursos econômicos que as corporações industriais para a utilização em pesquisas e desenvolvimento. Isso leva a uma crescente inadaptação dos estudos clássicos e dos projetos tradicionais às necessidades dos alunos. Nesse contexto, os professores precisam de atualização permanente e, mesmo assim, muitas vezes encontram-se ultrapassados pela melhor habilidade ou astúcia de seus alunos nas matérias que pretendem ensinar. Muitos jovens tornam-se convencidos de que sabem mais do que os professores a respeito de

¹ SHIMIZU, Heitor. Mister Web. *Revista da Web!*. [S.l.], Março 2000, p. 31.

determinadas questões às quais se deve entender para enfrentar a luta pela vida. Nesse mundo de autodidatas, um ambiente educacional tradicional acaba por favorecer a contestação e a insolência. Por isso, Cebrián defende que é necessário reinventar e reconstruir o conceito de educação, adaptando-o a um mundo em que os alunos não apenas recebem conceitos, mas também os criam e os transmitem aos demais. A estas palavras acrescento ainda que, além da educação, é preciso reelaborar também as formas de pensar a comunicação e as relações humanas.

Como jornalista e professora de Ensino Superior na área da Comunicação Social, procurei encontrar com essa pesquisa resposta a alguns de meus questionamentos sobre a melhor forma de compartilhar conhecimentos com os estudantes. Essa é a questão norteadora deste trabalho, que consiste de uma pesquisa qualitativa de cunho teórico, reunindo um conjunto operatório de categorias explicitativas da relação comunicação – educação. Para tanto, encontrei sustentação nas idéias de autores como Pierre Lévy, Humberto Maturana e W. Barnett Pearce, nas proposições da transdisciplinaridade e nos projetos de trabalho propostos por Fernando Hernández. A resposta foi excepcional, apesar de um tanto complexa.

Uma educação que contemple todos os aspectos da vida humana e que incentive a autonomia, a criatividade e a comunicação consciente dos educandos em prol da cooperação pode prepará-los para inserirem-se adequadamente nas atuais mudanças. A educação precisa também servir como ponte entre o homem e o meio ambiente, pois o homem é o que é em congruência com o meio e descuidar-se dele significa descuidar-se da própria existência.

Com esse propósito, inicio este trabalho com uma síntese das várias teorias que guiaram os estudos da comunicação até aqui para orientar o leitor sobre o processo que levou ao atual paradigma, contextualizando-o frente à problemática de nosso cotidiano. O objetivo é demonstrar que cada teoria, cada corrente ou Escola, afirmando ou refutando teses, contribuiu para a evolução até o estágio em que se encontra hoje o entendimento da comunicação. E mais: que as vozes

oposicionistas a esse novo paradigma também estarão contribuindo para a constante metamorfose e aprimoramento das percepções sobre ela.

Em seguida, no capítulo 2, abordo mais especificamente as formas como o ser humano conhece, aprende, e o conceito de linguagem sobre o qual nos apoiamos. As origens do pensamento sistêmico e da cibernética são a base para a compreensão do processo cognitivo, e as concepções de Maturana sobre linguagens e emoções incentivam e servem como referencial para o desenvolvimento do próximo capítulo, no qual procuro demonstrar as alterações produzidas pelo novo conceito de comunicação e sua importância para a configuração atual da sociedade.

As transformações desencadeadas pelas técnicas e pelas tecnologias e suas influências na organização social humana são objeto do capítulo 4. Nele, faço uma breve análise das mudanças estabelecidas a partir do surgimento das principais tecnologias da comunicação para mostrar a potencialidade aberta pela implantação da Internet e da Web.

O capítulo 5 constitui-se de uma explanação das idéias de Maturana sobre as objetividades fundamentadas no racional e no emocional e suas implicações nas formas como se dão as relações sociais.

Em meio a todas as transformações e a essa desordem conceitual e política, minha preocupação volta-se principalmente para a formação daqueles que são e serão cada vez mais os futuros formadores de opinião, embora isso não seja tomado como uma constante durante o texto.

É possível perceber que a comunicação perpassa todos os domínios da existência humana e que, juntamente com o ciberespaço, pode também ser uma das chaves para muitos dos problemas sociais que enfrentamos nesse final de milênio. A partir dessas idéias costuro um texto argumentativo que visa explicar a importância da comunicação em todas os aspectos da vida humana, principalmente, na configuração do ciberespaço, procurando mostrá-la como uma forma simples e integracionista para evitar os desentendimentos que hoje geram tanta desvalorização da vida. É isso o que tento demonstrar no decorrer deste

trabalho, pois acredito que, se aquele que ensina não assume que é ele quem primeiro deve mudar sua visão profissional sobre o que é educar para um novo tempo, e não muda sua forma de relacionar-se com a informação para transformá-la em saber compartilhado, dificilmente poderá inserir-se definitivamente no novo paradigma e produzir experiências de conhecimento.

Em relação ao Ensino Superior, as abordagens dos autores estudados acabaram levando-me à transdisciplinaridade, uma maneira distinta da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade porque sua meta, a compreensão do mundo presente, não pode ser alcançada dentro do quadro de referência da pesquisa disciplinar. A transdisciplinaridade é multidimensional. Leva em conta as concepções do tempo e da história sem excluir a existência de um horizonte trans-histórico. Os principais pontos de discussão e propostas dessa nova maneira de abordar os assuntos que perpassam todas as disciplinas estão expostos no capítulo 6.

A síntese de todos os preceitos discutidos nos capítulos anteriores surge no capítulo 7 em forma de uma proposta possível de ser implantada em nossa realidade. Ela consiste no esboço de um projeto para o Curso de Comunicação Social – Habilitação Jornalismo da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, campus de Chapecó.

A comunicação é, por si, transdisciplinar. Perpassa todas as disciplinas, o que faz com que essa pesquisa torne-se interessante também não apenas àqueles que lidam diretamente com o tema “Comunicação”, mas a todos os que, de alguma forma, preocupam-se com as transformações que estão ocorrendo, principalmente os que acreditam que a educação continua sendo o caminho mais rápido para entendê-las e guiá-las, mesmo que às vezes apenas acompanhando-as de longe.

CAPÍTULO 1

AS TEORIAS DA COMUNICAÇÃO

Para entender melhor o momento que vive a comunicação hoje e seu atual paradigma é interessante revermos um pouco do percurso dos estudos que nos trouxeram até ele. Para tal, baseamo-nos na obra de MATTELART (1999), para contar um pouco da história das teorias da comunicação. Vamos retornar às primeiras teorias e a partir dali percorrer um caminho que nos traga de volta aos dias atuais, contextualizando nosso momento e a atual problemática. A partir daí, tornar-se-á mais interessante acompanhar o novo paradigma construcionista abordado nos capítulos seguintes.

O SURGIMENTO

Final do século XVIII. Na Inglaterra, a revolução industrial e a revolução da circulação inspiram Adam Smith a formular sua “divisão do trabalho”. A comunicação contribui para a organização do trabalho coletivo no interior da fábrica e na estruturação dos espaços econômicos. A divisão do trabalho e os meios de comunicação tornam-se sinônimos de opulência e crescimento.

Ao mesmo tempo, na França, ainda essencialmente agrícola, o afastamento entre a realidade e a teorização voluntarista caracterizaram a comunicação como vetor de progresso e realização da razão. O médico François Quesnay inspira-se no postulado das Luzes e em seus conhecimentos sobre a dupla circulação do sangue para imaginar uma representação gráfica da circulação das riquezas e a publica em 1758, sob o título de *Tableau économique*. Nela, Quesnay procura apreender o mundo econômico como “sistema”, “unidade” e proporciona uma visão macroscópica de uma economia de “fluxos”. Em 1789, a Revolução libera esses fluxos tomando uma série de medidas para acelerar a unificação do território nacional, entre elas a adoção do sistema métrico. Em 1793, inaugura-se,

para fins militares, o primeiro sistema de comunicação à distância, o telégrafo óptico de Claude Chappe.

O modelo de fluxos materiais e a divisão do trabalho servem de referência para as análises de John Stuart Mill, na Escola da economia clássica inglesa. Seus estudos prefiguram o modelo cibernético dos fluxos materiais com os fluxos *feedback* do dinheiro como informação. Charles Babbage, estimulado pelo conceito de divisão do trabalho, reflete sobre a “divisão do trabalho mental” e elabora seus projetos de mecanização das operações da inteligência. O conceito de “rede” ganha destaque.

Claude Henri de Saint-Simon elabora a metáfora do ser vivo, da qual advém o pensamento do “organismo-rede”. A sociedade é concebida como sistema orgânico. A “fisiologia social” pretende ser a ciência da reorganização social, através da concepção da sociedade como um tecer de redes mas também como “sistema industrial”, que administra a passagem do “governo dos homens” à “administração das coisas”. É a idéia operatória da “era positiva”. Criam-se linhas de estradas de ferro, sociedades bancárias e companhias marítimas no intuito de organizar as redes artificiais de comunicação-transporte (“redes materiais”) e de finanças (“redes espirituais”). A “fisiologia social” também é objeto de estudo de Herbert Spencer, que sete anos antes da publicação darwiniana sobre a *Origem das espécies*, na segunda metade do século, leva ao extremo a hipótese da continuidade entre a ordem biológica e a ordem social. Segundo MATTELART (1999 – p. 17), Spencer defende:

“Uma sociedade-organismo cada vez mais coerente e integrada, onde as funções são cada vez mais definidas, e as partes cada vez mais interdependentes. Nesse sistema total, a comunicação é componente básico dos dois “aparelhos orgânicos”, o distribuidor e o regulador. À imagem do sistema vascular, o primeiro (estradas, canais e ferrovias) assegura o encaminhamento da substância nutritiva. O segundo assegura o equivalente da função do sistema nervoso. Torna possível a gestão das relações complexas entre um centro dominante e sua periferia. É o papel das informações (imprensa, petições, pesquisas) e do conjunto

dos meios de comunicação pelos quais o centro pode “propagar sua influência” (correio, telégrafo, agências noticiosas).”

Spencer cria a versão inglesa da sociologia positivista, formulada alguns anos antes por Auguste Comte, que não deu atenção especial aos órgãos e aparelhos de comunicação. A sociedade, como organismo coletivo, obedece a uma lei fisiológica de desenvolvimento progressivo, na qual a história passa por três estados ou eras: teológico ou fictício, metafísico ou abstrato e por último o positivo ou científico, que caracteriza a sociedade industrial, a era da realidade, do útil, da organização e da ciência. Declinam as formas não-científicas do conhecimento.

Esse desenvolvimento histórico positivista, em etapas, espelhado na etnologia e na economia política do século XIX, serve também como justificativa para a necessidade de tutela aos povos-crianças, ou países-colônias. “Somente a passagem pelos estágios em que transitaram as nações que se dizem civilizadas garante uma evolução bem sucedida” (Op. Cit. – p.19).

Essa “história em pedaços”, segundo a expressão do historiador Fernand Braudel, implica na emanção de formulações das teorias difusionistas, para as quais o progresso só atinge a periferia através da irradiação pelos valores do centro. Essas teorias, cujos principais autores foram os etnólogos e geógrafos, revitalizam-se após a Segunda Guerra Mundial pela concepção de “desenvolvimento” da sociologia da modernização, na qual as mídias ocupam papel estratégico.

O modelo de biologização do social é senso comum ao caracterizar os sistemas de comunicação como agentes de desenvolvimento e civilização no final do século XIX. Até que, em 1897, o alemão Friedrich Ratzel lança as bases da geopolítica, ciência que estuda as relações orgânicas que o Estado mantém com o território. O espaço volta a ser objeto das pesquisas e uma das primeiras preocupações dos teóricos é a irrupção das multidões na cidade. Surge a problemática da “sociedade de massa” e dos meios de difusão de massa. A massa apresenta-se como ameaça real ou potencial para a sociedade como um

todo, ocasionando um risco que justifica a instalação de um dispositivo de controle estatístico dos fluxos judiciais e demográficos.

Adolphe Quételet, astrônomo e matemático belga, por volta de 1835, funda uma nova ciência de mensuração social cuja unidade básica é o “homem médio”, que seria o equivalente ao centro de gravidade no corpo. Por meio dessa ciência, que foi chamada de “física social”, o belga torna-se o homem da institucionalização do cálculo de probabilidades, o que convida a um novo modo de governo dos homens, “a sociedade de seguros”. É com base nela que:

“(…) emerge o princípio do Estado-previdência, que socializa as responsabilidades e reduz todos os problemas sociais a questões de risco. A noção de solidariedade foge ao discurso voluntarista da caridade e da fraternidade, para encampar a linguagem da necessária interdependência biológica das células. Funda a segurança de um indivíduo que se sente parte de um todo, ligado que está por um contrato (e portanto por uma dívida) desde seu nascimento, assim como funda a interdependência das nações. A noção biomórfica de interdependência prepara por sua vez a idéia de uma comunicação necessária.” (MATTELART, 1999 – p.21)

Com o projeto de cálculo das patologias sociais, Quételet potencializa as ciências criminais da mensuração humana. Juízes, policiais e médicos legistas passam a utilizar nomenclaturas e índices para codificar e cumprir sua missão higienista de vigiar e normatizar as classes supostamente perigosas (o que explica o tratamento diferenciado que a polícia, ainda hoje, tem para com as diferentes camadas sociais). Daí também surge o estabelecimento de “perfis” para o indivíduo, que começa a tornar-se número, categorizado e pré-julgado. Aparecem os marginalizados, os poderosos, os ricos, os pobres, os intelectuais, os ignorantes e outras categorias que até hoje vigoram na generalização de grupos com características semelhantes.

O sociólogo italiano Scipio Sighele e o psicopatologista francês Gustave Le Bon subscrevem uma visão manipulatória da sociedade com base na “psicologia das multidões”, suscitada pela recente liberdade de imprensa e

consequentemente de expressão da opinião pública. Para Sighele, em toda a multidão há condutores e conduzidos, hipnotizadores e hipnotizados. Os segundos, pela “sugestão”, passam a seguir os primeiros e a adotar suas opiniões. Entre as formas de sugestão, os órgãos de imprensa surgem apenas na segunda edição de seu ensaio *A massa criminosa*, de 1901. Nele, o jornalista é retratado como um agitador e seus leitores como “o gesso molhado sobre o qual sua mão deposita sua marca”. Le Bon, contrário às ideologias igualitaristas, condena todas as formas de lógicas coletivas e analisa o comportamento das multidões afirmando que o contágio, a sugestão e a alucinação transformam os indivíduos tomados na massa em autômatos, em sonâmbulos.

Gabriel Tarde avança na discussão e afirma que a sociedade está entrando na “era dos públicos”. O público é tido como o produto da longa história dos meios de transporte e difusão e progride com a sociabilidade. Para ele, só se poderia pertencer a uma única massa por vez, mas seria possível fazer parte de vários públicos ao mesmo tempo. Apesar do avanço, Tarde continua bastante influenciado pela noção de sugestão e defende a idéia de que o laço social se forma a partir de imitação e contra-imitação, ainda que trate também das invenções como outro motor das relações sociais.

Em 1921, Sigmund Freud critica o que chama de “tirania da sugestão” como explicação “mágica” da transformação do indivíduo e a deformação da teoria de Tarde. Esta, apesar de sua riqueza conceitual, foi isolada de seu contexto e teve as noções de imitação e contra-imitação retidas como único fator determinante da sociabilidade. Freud recorre ao conceito de libido para esclarecer a “essência da alma das massas”, justificando o abandono da singularidade do indivíduo e sua sugestionabilidade pela necessidade que o indivíduo tem de estar de acordo com os outros, pelo amor que lhes sente.

O alemão Georg Simmel encontra-se com o objetivo de Tarde de explicar a natureza subjetiva das interações sociais elaborando projeto de um social procedente das trocas, das relações e ações recíprocas entre indivíduos. Uma “rede de afiliações” em contraposição a uma sociologia organicista inclinada a ver nas condutas individuais apenas reações a um dado, a fatos sociais exteriores. É

através do estudo dos pequenos objetos da vida coletiva no cotidiano que Simmel acredita discernir o social. Nesse duplo processo paradoxal, a sociação é a capacidade do indivíduo de associar o que está separado, dissociado, e a dissociação é a capacidade de dissociar e lhe permitir ao acaso uma nova ordem de significação (associação).

A sociologia positiva de Durkheim, em franca oposição à psicologia social de Tarde e à “rede de afiliações” de Simmel, foi por muito tempo incontestada na tradição ocidental e eclipsou até os anos 80 a análise das relações sociais como interações comunicativas. Nesse ínterim, imperaram as teorias americanas funcionalistas e pragmáticas, seguidas pela teoria crítica dos frankfurtianos e pelos *cultural studies* da Inglaterra, ao passo que se desenvolviam paralelamente o estruturalismo e outras correntes de pensamento que contribuíram para um melhor entendimento sobre a comunicação.

A ESCOLA DE CHICAGO, A PRAGMÁTICA E O FUNCIONALISMO

A partir de 1910, surgem nos Estados Unidos os estudos da Escola de Chicago, que teve como fundador o jornalista Robert Ezra Park, autor de uma tese de doutorado sobre a massa e o público, de grandes reportagens investigativas e militante da causa negra. Park realiza pesquisas sociológicas nos bairros da periferia. Utiliza a cidade como laboratório social, como lugar da “mobilidade”, observando seus signos de desorganização, de marginalidade, de aculturação e assimilação. A questão da imigração e da integração dos imigrantes na sociedade americana é o alvo das contribuições mais importantes dos pesquisadores da Escola de Chicago.

Nesse contexto, Park interroga-se a respeito da função dos jornais e das diversas publicações em língua estrangeira sobre a natureza da informação e sobre o profissionalismo do Jornalismo e sua diferença com a “propaganda social”. Preocupa-se com a “ecologia humana” - conceito inventado pelo biólogo alemão Ernest Haeckel, em 1859, e definido como “a ciência das relações do organismo com o ambiente, compreendendo, em sentido amplo, todas as condições de existência”. Segundo Park, nessa “ecologia humana”, é a luta pelo

espaço que rege as relações interindividuais e a competição é um princípio de organização. O conceito de rede de relações, de teia da vida, continua existente, porém agora, como expressão de um nível subsocial, no qual uma população distribui-se territorial e funcionalmente, dando início ao que Park chama de “ciclo de relações étnicas”. Conforme observado nas comunidades de imigrantes, esse ciclo é composto por quatro fases: competição, conflito, adaptação e assimilação.

A comunicação e o consenso (ordem moral) assumem a função de regular a competição e permitir aos indivíduos que partilhem suas experiências vinculando-se à sociedade. Esse nível social ou cultural é concebido por Park como uma superestrutura erguida sobre a subestrutura biótica e que se impõe a ela como instrumento de direção e controle.

Também no início do século, o lógico e matemático Charles Peirce funda o pragmatismo e utiliza-se dele como um método de clarificação conceitual para lançar as bases de uma teoria dos signos, ou semiótica, da qual provêm as concepções de signos, ícones e símbolos. Porém, ao contrário do que ele próprio propõe através do pragmatismo, é muito abstrato em seu conceito e incapaz de estabelecer as diferenças entre o que é signo e o que não é. Dessa forma, torna-se difícil delimitar o campo disciplinar da semiótica.

Além de Peirce, o pedagogo John Dewey e o psicossociólogo George Herbert Mead preconizam a filosofia americana do pragmatismo, que influencia a Escola de Chicago e sobretudo Charles Horton Cooley, o primeiro a utilizar a expressão “grupos primários” para designar os “grupos que se caracterizam por uma associação e cooperação íntima entre si”. Os grupos primários, segundo Cooley, encontram-se na base da formação da natureza social e dos ideais do indivíduo, o que lhes permite experiências singulares, únicas, tradutoras de sua história de vida, ao passo que é, simultaneamente, submetido às forças de nivelamento e homogeneização do comportamento. A mídia é vista como fator de emancipação, de aprofundamento da experiência individual e, ao mesmo tempo, é tida como precipitadora da superficialidade das relações sociais e dos contatos sociais.

Quase na mesma época, a primeira grande guerra desencadeia a corrente da *Mass Communication Research*, com o livro de Harold D. Lasswell, *Propaganda Techniques in the World War*, de 1927. A partir daí os meios de difusão passam a ser vistos como instrumentos indispensáveis para a “gestão governamental das opiniões” e como onipotentes ferramentas de “circulação eficaz dos símbolos”. A audiência é tomada por algo amorfo que obedece ao esquema estímulo-resposta e Lasswell cria o modelo da “agulha hipodérmica”, no qual a mídia possui impacto direto e indiferenciado sobre os indivíduos. Lasswell continua seus estudos sobre a influência da mídia com profundo interesse pelas questões de propaganda, opinião pública, negócios do Estado e eleições. Em 1948, cria o quadro conceitual da sociologia funcionalista da mídia com o estabelecimento da fórmula: Quem diz o quê? Por que canal? E com que efeito?. Em setores de pesquisa, essa fórmula traduz-se por “análise do controle”, “análise do conteúdo”, “análise das mídias ou dos suportes”, “análise da audiência” e “análise dos efeitos”, sendo esta última e a análise dos conteúdos as mais privilegiadas na prática.

Nesse mesmo ano, Lasswell estabelece o que propôs ser, para a sociedade, as três funções principais do processo de comunicação: 1) a vigilância do meio, através da revelação de tudo o que poderia ameaçar ou afetar o sistema de valores de uma comunidade ou das partes que a compõem; 2) o estabelecimento de relações entre os componentes da sociedade para produzir uma resposta ao meio; 3) a transmissão da herança social. A essas três funções os sociólogos Paul Lazarsfeld e Robert K. Merton, da corrente funcionalista, acrescentam uma quarta: a de entreter ou divertir.

Lazarsfeld e Merton instituíram também a teoria do *two-step-flow*, ou seja, o entendimento do processo de comunicação em duas etapas, em que membros do grupo primário que estão mais diretamente expostos à mídia assumem o papel de líderes de opinião porque influenciam diretamente a opinião daqueles que a freqüentam menos.

Na corrente funcionalista, contam ainda os estudos de Kurt Lewin e Carl Hovland. O primeiro estuda a decisão do grupo a partir das reações de cada

membro no interior do grupo diante de uma mensagem comunicada por diferentes meios. Seu objetivo é aperfeiçoar estratégias de persuasão, destinadas à modificação das atitudes das donas-de-casa em relação ao regime alimentar. Mas o que Lewin acaba por constatar é a noção de *gatekeeper*, ou controlador do fluxo de informação, que acaba garantindo o surgimento do formador de opinião informal. Karl Hovland, por sua vez, psicólogo da aprendizagem e seguidor dos pressupostos Lasswellianos de orientação behaviorista, estuda a persuasão e compõe o que alguns chamam de “catálogo de receitas para uso do bom persuasor e da mensagem persuasiva eficaz”. Tratam-se de maneiras de alterar o funcionamento psicológico do indivíduo e levá-lo a realizar atos desejados pelo emissor da mensagem.

Na Universidade de Columbia, C. Wright Mills é a voz dissidente da época. Diante da supremacia de uma sociologia que se limita a “examinar problemas fragmentários e ligações causais isoladas” e a responder ao comando do “triângulo do poder” - como chama os monopólios, forças armadas e o Estado - Mills reivindica um retorno à “imaginação sociológica”. Mostra-se aberto às contribuições de um marxismo crítico e em suas análises restabelece a problemática da cultura e do poder, da subordinação e da ideologia. A questão fundamental a qual seus estudos tentam responder é: que tipo de homem e de mulher a sociedade tende a criar? Nessa mesma época, na França, Henri Lefebvre faz a mesma pergunta e a responde em *Critique de la vie quotidienne*. Mills e Lefebvre denunciam a alienação das sociedades representadas pelas superpotências de ambos os lados da cortina de ferro.

A TEORIA MATEMÁTICA DA COMUNICAÇÃO E A CIBERNÉTICA

Também nesse ínterim, por volta de 1950, surge a “Teoria da informação”, também chamada de “Teoria matemática da comunicação”. A teoria da informação baseia-se na dinâmica de transferência e transposição de modelos de cientificidade próprios às ciências exatas e concede à comunicação o estatuto de símbolo calculável, transformando as etapas e os elementos do processo de comunicação em fórmulas matemáticas. Claude Shannon e Warren Weaver

propõem um esquema do sistema geral de comunicação, que se inicia pela fonte (de informação) que produz uma mensagem; o codificador ou emissor, que transforma a mensagem em sinais a fim de transmiti-la; o canal, que é o meio utilizado para transportar os sinais; o decodificador ou receptor, que reconstrói a mensagem a partir dos sinais; e a destinação, pessoa ou coisa a qual a mensagem é transmitida. Como Shannon trabalha para os laboratórios da companhia de telecomunicações americana AT&T, seu objetivo final é econômico. Ele pretende quantificar o custo de uma mensagem entre os dois pólos desse sistema, ou seja, entre a fonte e a destinação, na presença de perturbações aleatórias ou ruídos, que impedem a plena correspondência entre os dois pólos e, através da redução dos dispêndios, transmitir por meio de sinais convencionados mais econômicos.

A noção de “informação” nasce também das pesquisas dos biólogos, que acabam de utilizá-la para explicar os modelos de desenvolvimento dos indivíduos contidos nos cromossomos, na descoberta do DNA como suporte da hereditariedade e na revelação de sua estrutura em dupla hélice. Aí há uma troca: Shannon utiliza-se de empréstimos manifestos à biologia do sistema nervoso e sua teoria matemática da comunicação fornece aos especialistas em biologia molecular um quadro conceitual para dar conta da especificidade biológica do indivíduo.

Nos anos 60, o norte-americano Melvin De Fleur completa o esquema de Shannon evidenciando o papel desempenhado pela retroalimentação no sistema social constituído pelos Meios de Comunicação de Massa. O francês Abraham Moles, engenheiro e matemático apresenta sua “ecologia da comunicação”, influenciado pelo modelo matemático de Shannon e pelas análises cibernéticas de Norbert Wiener. Comunicação é “a ação de fazer participar um organismo ou um sistema, situado em dado ponto R, das experiências e estímulos do meio de um outro indivíduo ou sistema situado em outro local e em outro tempo, utilizando os elementos de conhecimento que possuem em comum” (MOLES² apud MATTELART, 1999 – p. 65). E continua: “as espécies de comunicação, próximas ou distantes, fugazes ou gravadas, táteis ou auditivas, pessoais ou anônimas, são

espécies que reagem efetivamente umas sobre as outras no espaço fechado de 24 horas da cotidianidade ou espaço social do planeta”.

Todos os estudiosos da comunicação foram estabelecendo suas teorias e desenvolvendo-as através da contribuição de outros teóricos, mesmo que de Escolas diferentes. Portanto, é impossível ordenar e classificar as teorias da comunicação em uma ordem cronológica ou em Escolas deterministas, pois a todo o momento elas se entrecruzam, apoiando-se ou opondo-se, dando suporte, superando ou negando alguns preceitos estabelecidos por outros teóricos. O próprio Lasswell, em 1963, descobre as virtudes do modelo sistêmico e passa a aplicá-lo em seus estudos sobre o processo de formação das decisões políticas. Surge desse entrecruzamento também a formulação de um modelo que alimenta as estratégias contra a insurreição na Ásia e na América Latina: o *agile-coin*.

Ainda em 1948, Norbert Wiener publica *Cybernetics or Control and Communication in the Animal and Machine*, na qual desenvolve a noção de informação como matéria prima para a organização da sociedade futura e adverte para os perigos da entropia. A entropia é a tendência da natureza a destruir o ordenado e iniciar a degradação biológica e a desordem social. Segundo Wiener, “a soma de informação em um sistema é a medida de seu grau de organização”. Ainda sob o impacto do que aconteceu na II Guerra Mundial, Wiener denuncia os riscos da entropia e condena o aumento do controle dos meios de comunicação, que cai cada vez mais nas mãos dos que se preocupam acima de tudo com o poder e o dinheiro. Segundo ele, a informação precisa poder circular.

Sob influência do modelo circular retroativo proposto por Wiener, surge um grupo de pesquisadores americanos provenientes da antropologia, da lingüística, da matemática, da sociologia e da psiquiatria. Esse grupo é identificado como “colégio invisível” ou Escola de Palo Alto, e interessa-se pela gestualidade (cinética) e pelo espaço interpessoal (proxêmica), e mostra que os imprevistos do comportamento humano são reveladores do meio social. Seus membros de maior destaque são o antropólogo Gregory Bateson e Edward T. Hall, que lança as bases da proxêmica e destaca as múltiplas linguagens e códigos próprios a cada

² MOLES, Abraham. *Le mur de la communication. Actes du XV^o Congrès de la ASPLF, vol. II, 1975.*

cultura, inclusive as linguagens silenciosas como as linguagens do tempo, do espaço, de posse material, dos modos de amizade e de negociações de acordos. Destacam-se também como membros do “colégio invisível” Paul Watzlawick, Yves Winkin, Janet Beavin e Don Jakson. Choques culturais, incompreensões e mal-entendidos acontecem entre pessoas que não partilham os mesmos códigos e não atribuem às regras de organização e administração do espaço e tempo a mesma significação simbólica.

Autores contemporâneos como Bernard MIÉGE (2000 – pp. 66-67), identificam a Escola de Palo Alto como pertencente à corrente pragmática porque os estudos dessa Escola consideram as interações sociais e as relações intersubjetivas que se encontram na origem do sentido. “São elas que esclarecem e ‘estruturam’ o funcionamento da vida em sociedade”. No entanto, o autor esclarece que sua definição do termo “pragmática” dá-se no plano etimológico, no qual “pragmática” deve ser relacionado com o termo grego “*praxis*”, e com o que este considera como prioridade, ou seja, as relações de sujeito a sujeito.

A TEORIA CRÍTICA

Por volta de 1930, os filósofos Max Horkheimer e Friedrich Pollock fundam o Instituto de Pesquisa Social afiliado à Universidade de Frankfurt, primeira instituição alemã de pesquisa de orientação abertamente marxista. Quando Hitler toma o poder, todos os membros fundadores judeus do Instituto são destituídos, entre eles Horkheimer - que estava na direção. O Instituto sobrevive graças ao financiamento garantido por empresários judeus desde sua fundação. São criados anexos em Genebra, Londres e Paris, mas o lugar que pareceu mais seguro e estável para os pesquisadores exilados foi a Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, que lhes cedeu um de seus prédios. A convite de Lazarsfeld - que espera que a pesquisa crítica dos europeus revitalize a pesquisa administrativa dos americanos - Theodor Adorno colabora em um programa de pesquisas sobre os efeitos culturais dos programas musicais no rádio. Mas as duas concepções não se mostraram compatíveis: Adorno recusa a lista de questões proposta pelo financiador, porque, em sua opinião, ela encerra o objeto

de pesquisa nos limites do sistema de rádio comercial vigente nos Estados Unidos e impede a 'análise desse sistema, suas conseqüências culturais e sociológicas e seus pressupostos sociais e econômicos'.

Horkheimer também não se adapta a essa incompatibilidade epistemológica. Em meados dos anos 40, ele e Adorno criam o conceito de *indústria cultural* denunciando a racionalidade técnica, o esquema de organização e planejamento administrativo que fazem da mídia uma indústria como a de automóveis em série, em que cada setor de produção é uniformizado, fornece bens padronizados para satisfazer às várias demandas. Os dois frankfurtianos analisam a conjunção da arte com a técnica superestimando a arte como fermento revolucionário.

Outro membro da Escola, Walter Benjamin, cujos escritos voltaram a despertar grande influência nos anos 80, privilegia a observação dos detalhes, dos fragmentos e ruínas da história para reconstituir uma totalidade perdida, inspirado nas premissas metodológicas de Georg Simmel.

Crítico intransigente da cultura e da civilização burguesas mas também das formações históricas da classe operária, Herbert Marcuse foi a figura de maior destaque da Escola de Frankfurt nos anos 60. Em sua obra *O homem dimensional* o professor da Universidade da Califórnia busca desmascarar as novas formas de dominação política, representadas pelas tecnologias e pela ciência, que modelam o mundo com a irracionalidade de um modelo organizacional que subjuga o indivíduo ao invés de libertá-lo, que anula o espaço do pensamento crítico.

A Escola de Frankfurt critica um mundo onde a instrumentalização das coisas torna-se a dos indivíduos. Jürgen Habermas, filósofo alemão, cria sua própria teoria da racionalidade técnica refletindo sobre uma alternativa a essa degenerescência do espaço público em que acontecem as discussões, as trocas de argumentos entre indivíduos, a troca de idéias e de opiniões esclarecidas. Segundo ele, a publicidade coloca-se como se deixasse à disposição da opinião pública os elementos da informação que dizem respeito ao interesse geral, mas o desenvolvimento das leis de mercado e sua intrusão na esfera da produção fazem dessa publicidade, cada vez mais, um modelo comercial de "fabricação de

opinião”. A solução para isso, de acordo com Habermas, é restaurar as formas de comunicação num espaço público estendido ao conjunto da sociedade. Com esse fim ele interessa-se pelo movimento estudantil da Califórnia e pela significação de suas formas de comunicação para a reconquista da autonomia dos sujeitos.

Os modelos macrosociológicos da teoria funcionalista acabam ofuscando os modelos de rede. A grande repercussão que eles alcançam deve-se em parte também à oposição encontrada nos escritos dos filósofos da Escola de Frankfurt.

UMA TEORIA LINGÜÍSTICA

No início do século, na Universidade de Genebra, Ferdinand de Saussure ministra três cursos de lingüística que fundam os métodos da teoria estruturalista. Para ele, a língua é uma instituição social, um sistema organizado de signos que expressam idéias e que, enquanto sistema organizado, produz sentido.

Saussure pretende conceber uma ciência que denomina “semiologia”, que estude a vida dos signos no interior da vida social. Roland Barthes aceita o desafio do lingüista suíço. Fixa as grandes linhas desse projeto em seu artigo-manifesto “Elementos de semiologia” no qual estabelece: “A semiologia tem por objeto todo o sistema de signos, qualquer que seja sua substância, quaisquer que sejam seus limites: as imagens, os gestos, os sons melódicos, os objetos e os complexos dessas substâncias que encontramos em ritos, protocolos ou espetáculos constituem, se não ‘linguagem’, ao menos sistemas de significação” (BARTHES³ apud MATTELART, 1999 – p. 87). Seu estudo estabelece os elementos fundamentais desse projeto: língua e palavra, significante e significado, sistema e sintagma, denotação e conotação. No discurso da mídia o estudo dos binômios significante/significado e denotação/conotação revela-se muito importante pois é por meio deles que os lingüistas estudam as formas de ideologia. O interesse pelo sistema subjacente às aparências através dos significados e das conotações é o que separa esse projeto semiológico da análise funcionalista do conteúdo manifesto.

O estruturalismo trouxe também a tendência à releitura dos textos fundadores do marxismo. Valendo-se deles, o filósofo Louis Althusser e um grupo de alunos elaboram uma crítica à visão enfraquecida e humanista do marxismo. Em sua opinião, a liberdade não é um problema de consciência, mas de relações sociais. O comportamento e as atitudes do indivíduo fazem com que participe do processo de reprodução das relações sociais em uma sociedade historicamente determinada. Althusser ainda classifica a mídia como um Aparelho Ideológico do Estado, ao lado da escola, da igreja, da família, enfim, de todos os aparelhos que cumprem funções ideológicas.

Michel Foucault, por sua vez, renova a análise dos modos de exercício do poder contrapondo duas formas de controle social: a “disciplina-bloco”, feita de proibições, bloqueios, clausuras, ruptura de comunicação e hierarquias; e a disciplina-mecanismo, com diversas técnicas de vigilância. Foucault utiliza os termos “dispositivo” e “governabilidade”. O primeiro remete à idéia de organização e rede, designando “o conjunto heterogêneo que engloba discurso, instituições, arquiteturas, decisões regulamentares, leis e medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas” (FOUCAULT⁴ apud MATTELART, 1999 – pp. 97 e 98). Já com governabilidade, Foucault propõe apreender o dia-a-dia do Estado, suas práticas de adaptação, ofensiva, retração, irregularidades e pastiches para descobrir outras coerências e regularidades. O termo contrapõe-se ao Estado fixista, de unidade e funcionalidade rigorosas.

Segundo Matellart, outro francês que reflete sobre a violência oculta é Pierre Bourdieu, que define a sociedade ou a “formação social” como um sistema de relações de força e sentido entre grupos e classes. Ampliando os princípios estruturalistas, as análises de Bourdieu sobre as atitudes e as práticas culturais apresentam a noção de *habitus*, um sistema estável de disposições a perceber e agir que contribui para a reprodução da ordem social estabelecida, em suas desigualdades.

³ BARTHES, Roland. “Elements de sémiologie”. *Communications*, nº 4, 1964.

⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, s.d.

FRANÇA E INGLATERRA

O sociólogo Georges Friedman funda, em 1960, o Centro de Estudos das Comunicações de Massa (CECMAS), tentando constituir na França um círculo e uma problemática de pesquisa em comunicação. Seu programa consiste na análise das relações entre a sociedade global e as comunicações de massa, que se integram funcionalmente a ela. Além dele, participam também Roland Barthes e Edgar Morin. Barthes prossegue seus estudos na órbita do estruturalismo e o desenvolvimento da ciência da cultura de inspiração semiológica. Em 1967 aplica seu esquema de análise semiológica às revistas de moda e seu interesse pelas expressões da cultura de massa tornam-se secundários em relação ao seu desejo de renovar os métodos da crítica literária. Friedman dedica-se aos problemas da civilização tecnicista e seus “fenômenos de massa”, incluindo aí o surgimento do tempo do não-trabalho e a generalização do lazer. Atualmente, o grupo liderado por Friedman - no que hoje se chama Centro de Estudos Transdisciplinares, Sociologia, Antropologia e Política (CETSAP) dedica-se à análise e teoria do filme. Morin, por sua vez, introduz nas referências francesas o conceito de indústria cultural e interessa-se pelo acontecimento como revelador sociológico. A partir dos anos 70 suas pesquisas orientam-se mais para a cibernética, a teoria dos sistemas e as ciências cognitivas.

Já na Inglaterra dos anos 60 e 70 surge uma Escola preocupada com os valores que a cultura comercial difunde. Baseia-se na divisão tripartite da cultura (refinada, medíocre e brutal), feita por Matthew Arnold no século XIX, e nos estudos de crítica literária de Frank Raymond Leavis publicados nos anos 30. A idéia é defender os alunos contra a cultura comercial através da difusão do conhecimento de valores literários. Com esse fim, Leavis e seu grupo publicam a revista *Scrutiny*, considerada o centro de uma cruzada moral e cultural. Por meio dela seus partidários dirigem-se às escolas e universidades para, com o estudo da literatura, oferecer, segundo MATTELART (1999 – p. 103), respostas ricas, complexas, maduras, sensatas e moralmente sérias para que os indivíduos sobrevivam à “sociedade mecanizada dos ‘romances-sabonete’, do trabalho

alienante, das propagandas estúpidas e dos Meios de Comunicação de Massa embrutecedores”

O *Centre of Contemporary Cultural Studies (CCCS)* da Universidade de Birmingham estuda, em nível de doutorado, as formas, práticas e instituições culturais e suas relações com a sociedade e a transformação social. Richard Hoggart, R. Williams, Edward P. Thompson e o jamaicano Stuart Hall desenvolvem seus estudos sob múltiplas influências. A começar do interacionismo social da Escola de Chicago seguindo pela releitura das obras marxistas de Georg Lúkacs e Mikhail Bakhtin, de Walter Benjamin e Jean Paul Sartre, a Barthes e Althusser. Do filósofo italiano Antônio Gramsci aproveitam a noção de hegemonia: capacidade de um grupo social de assumir a direção intelectual e moral sobre a sociedade e construir em torno de seu projeto um novo sistema de alianças sociais.

Objetos de uma apropriação crítica, essas influências permitiram aos grupos de trabalho da Escola Britânica dedicarem-se a diferentes áreas de pesquisa como a etnografia, os estudos de mídia, as teorias da linguagem e subjetividade, literatura e sociedade. Assim, a Escola vincula seus trabalhos a questões de movimentos sociais, especialmente o feminismo e suas representações e ideologias da feminilidade.

Nos anos 70, os estudos sobre o papel ideológico da mídia e a natureza da ideologia formulados por Stuart Hall refutam os postulados da análise funcionalista. Fundam também uma nova forma de análise crítica dos Meios de Comunicação de Massa através do processo de comunicação televisiva examinado em distintos momentos de produção, circulação, distribuição/consumo e reprodução. A audiência passa a ser vista ao mesmo tempo como receptor e fonte da mensagem e origina três tipos de decodificação: dominante (hegemônico), oposicional (interpretação da mensagem mediante uma visão de mundo contrária), e negociada (mescla de elementos de oposição e adaptação).

O estudo de Hall orienta várias pesquisas do CCCS, entre elas a de Charlotte Brunson e David Morley, intitulada *Everyday Television, Nationwide*, de 1978, abrindo caminho para a investigação sobre gêneros populares - como

novelas, esportes, comédias baseadas em situações cotidianas, variedades e séries policiais - através das representações de gênero, de classe social e de grupos étnicos. A atenção volta-se para o texto desses programas, para a maneira como participam da construção de um senso comum popular.

AS SOCIOLOGIAS INTERPRETATIVAS

As teorias estruturais funcionalistas encontram progressivamente metodologias que consagram outras unidades de análise, como a pessoa, o grupo, as relações intersubjetivas da vida cotidiana. O interacionismo simbólico e a etnometodologia, reunidos sob o termo de sociologias interpretativas, colocam novamente em destaque as sociologias atentas aos microprocedimentos, nas quais as relações que o indivíduo mantém e constrói durante sua vida implicam diretamente sobre suas atitudes, seus hábitos e sua personalidade e fazem dele não apenas sujeito de uma realidade social externa e imposta.

A etnometodologia, fundada na segunda metade da década de 60 por Harold Garfinkel, tem por objetivo estudar o raciocínio prático do senso comum em situações comuns de ação. O trabalho do etnometodólogo é identificar as operações pelas quais as pessoas se dão conta do caráter metódico de suas ações práticas e do que elas mesmas são e fazem em suas ações cotidianas em variados contextos de interação. O contexto, além de influenciar o conteúdo presumido da ação, é também progressivamente elaborado através das contribuições dessas ações à própria situação em que elas ocorrem. O esquema da comunicação substitui o da ação, pois o fato social não é mais visto como dado, externo, mas como resultado da atividade dos atores sociais para conferir sentido à sua prática cotidiana.

A “análise da conversação” adquire muita importância para a etnometodologia porque a conversa é abordada como uma ação, uma forma predominante de interação social, um lugar privilegiado para a interação das trocas simbólicas. O destinatário é reabilitado em sua capacidade de produzir sentido, de desenvolver procedimentos de interpretação.

Para orientar-se uns em relação aos outros e alcançar uma compreensão intersubjetiva os atores sociais utilizam-se de recursos: o mundo social é interpretado por categorias e construções do senso comum, conceito do que o austríaco Alfred Schütz chama de “estoque de conhecimento”. A etnometodologia tomou-lhe de empréstimo o termo para definir que esses estoques de saber disponíveis no cotidiano e no “mundo da vida” são distribuídos de maneira diferencial, criando uma diversidade de conhecimento na ação e na interação, conforme o indivíduo, os grupos, as gerações e os sexos. Todos vivem das “temporalidades”, dos “tempos sociais” diferenciados que remetem a outras tantas relações com o saber e a outras tantas posições nas redes de relações subjetivas.

O interacionismo simbólico por sua vez, estuda o modo como os atores interpretam os símbolos nascidos de suas atividades interativas. Para isso adota três premissas: 1) os seres humanos agem em relação às coisas com base na significação que elas têm para eles; 2) a significação dessas coisas deriva ou surge da interação social de um indivíduo com os outros atores; 3) essas significações são utilizadas em, e modificadas por meio de, um processo de interpretação realizado pelo indivíduo em sua relação com as coisas que ele encontra. Segundo essa metodologia, os acidentes do comportamento humano revelam a trama do meio social e as regras constitutivas dos ritos de interação.

A penetração das sociologias interpretativas na França inicia-se apenas no final dos anos 70 e coincide com a ascensão da problemática dos usos das máquinas de comunicar. Surgem estudos sobre a interação na conversa telefônica, a reunião de trabalho em videoconferência e a interação visofônica. Surge também a perplexidade e oposição de alguns autores.

O sociólogo britânico Anthony Giddens pega carona no debate francês e acrescenta um novo componente para sair do cisma sociologias estruturais/sociologias interativas. No lugar da idéia de estrutura, propõe uma ‘teoria da estruturação’ que incorpore a reflexão etnometodológica sobre a ‘consciência prática’ e as metodologias de ação e permita pensar a imbricação entre práticas e estrutura, ação e instituição, as relações concretas entre indivíduo

e totalidade social, entre micro e macro. Giddens defende que a dupla dimensão do estrutural não é externa aos agentes e nem apenas limitação, mas limitante e habilitador ao mesmo tempo. “Isso não impede que as propriedades estruturadas dos sistemas sociais se estendam, no tempo e no espaço, para muito além do controle que cada ator pode exercer sobre elas” (GIDDENS⁵ apud MATTELART, 1999 – p. 139).

NOVAS CONTRIBUIÇÕES DA LINGÜÍSTICA E DA LITERATURA

No campo da lingüística também ocorrem transformações. Locutor e receptor, que foram negligenciados pela lingüística estrutural, têm suas relações como objeto da lingüística comunicativa, também chamada pragmático-enunciativa. A linguagem, além de descritiva, torna-se também performativa: dizer é fazer, é agir sobre o outro e fazê-lo agir. Não mais é descrita em suas estruturas formais, mas no uso prático que dela se faz no dia-a-dia.

Mikhail Bakhtin reage à definição abstrata e monolítica que a lingüística de Saussure imprime ao sistema da língua. Para ele as palavras não têm sentido fixo: são palavras de um ser humano particular para outro e esse contexto prático orchestra e transforma seu sentido. Enfatiza que a linguagem encontra-se presa em redes de relações sociais inscritas em sistemas políticos, econômicos e ideológicos, mas defende que nem por isso ela pode ser reduzida a um reflexo de interesses sociais. A linguagem para ele é um campo de tensões e interesses conflituais em que as avaliações de um discurso e as respostas individuais a um enunciado encontram-se em constante transformação, de acordo com a história e a evolução da subjetividade.

A pesquisa literária dos anos 60 explora a temática do leitor e recepção. As reflexões de Jean Paul Sartre, que vê na obra o resultado da ação do autor e do leitor, inspiram pesquisadores como Robert Scarpit. Roland Barthes assinala em seu ensaio sobre “a morte do autor” que o sentido último de todo o texto cultural é liberado pelo leitor. O italiano Umberto Eco também discorre sobre o tema:

⁵ GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, s.d.

“O artista produtor sabe que estrutura, com seu objeto, uma *mensagem*: não pode ignorar que trabalha para um *receptor*. Sabe que esse receptor interpretará o objeto-mensagem perfilando todas as suas ambigüidades, mas não se sente por isso menos responsável por essa *cadeia de comunicação*.” (ECO⁶ apud MATTELART, 1999 – p.147)

As novas filosofias da linguagem também inspiraram Jürgen Habermas que, em 1981, elaborou uma sociologia do “agir comunicativo”. Para ele, a sociologia crítica deve estudar as redes de interação em uma sociedade constituída por relações comunicativas, em que sujeitos opostos unem-se na comunicação. A racionalidade diz respeito à maneira pela qual os sujeitos dotados de fala e ação adquirem e empregam um saber. A comunicação visa à intercompreensão e ao consenso. Existem normas de ação que conduzem a isso: a ação objetiva e cognitiva que se impõe dizer a verdade, a ação intersubjetiva que visa à correção moral da ação e a ação expressiva que supõe a sinceridade.

Seu compatriota Niklas Luhmann, no entanto, acha que a comunicação é desprovida de finalidade. Ele responde a Habermas propondo a definição de um sistema de comunicação autopoietico, isto é, um sistema organizacionalmente fechado e estruturalmente acoplado ao meio que regula as relações sociais como variações e circulação do sentido. Para Luhman, a questão principal é dominar a complexidade do sistema e das relações deste com seu meio e esse duplo domínio é mais fácil de ser alcançado se o sentido circular livremente. Porém, na análise desse sistema a interação fica reduzida a relações entre sujeitos sem subjetividade.

Os *Cultural Studies* desenvolvem estudos na mesma direção. No decorrer dos anos 80, o receptor passa a ter papel ativo na construção do sentido das mensagens, acentuando-se a importância do contexto da recepção. Uma das referências para essa corrente é o conceito desenvolvido pelo antropólogo americano Clifford Geertz, para quem a cultura é uma rede complexa de significações que confere um sentido comum ou público aos comportamentos e

⁶ ECO, Umberto. *A obra aberta*. São Paulo: Perspectiva, s.d.

discursos dos atores individuais. Geertz defende que, por isso, a análise dos sistemas simbólicos é uma ciência interpretativa que, por meio de uma análise cultural fragmentária e incompleta, busca significações.

Os anos 80 vêem também o desenvolvimento de uma corrente chamada *Uses and Gratifications*, cujos estudos etnográficos sobre audiência e recepção iniciaram-se na década anterior. Com base em um estudo sobre as leituras que grupos particulares de diferentes culturas fazem sobre o mesmo objeto (no caso o seriado de TV “Dallas”) a equipe, dirigida por Tamar Liebes e Elihu Katz, supera a teoria dos efeitos limitados e percebe que a influência da mídia é limitada porque o sentido e os efeitos dos textos nascem da interação desses textos com os papéis assumidos pelas audiências e pelas decodificações que essas audiências fazem.

Essa ênfase no papel do receptor acaba por reforçar a concepção neoliberal da sociedade. O consumidor torna-se soberano em suas escolhas em um mercado considerado livre. Surgem os que argumentam que, com o sentido final concebido pelos receptores/consumidores, não há mais razão para preocupações com o poder representado pelo monopólio de um emissor porque o poder dos emissores passa a ser bastante relativo. Como herdeiros do sentido, os receptores são cada vez mais alvo e objeto de pesquisas que buscam analisar seus movimentos de consumidor e sondar suas necessidades e desejos. Os dados dessas pesquisas alimentam a circularidade produção – programação – consumo.

Na França a pesquisa prefere outros caminhos. Busca acentuar os mecanismos de socialização das máquinas de comunicar e enfatiza a importância da mediação e da interação na construção coletiva do objeto técnico. Na visão dos pesquisadores franceses, o uso social dessas técnicas imbrica-se de forma intrínseca à inovação e à dinâmica complexa dos processos sociais.

O PANORAMA POLÍTICO-ECONÔMICO

A economia imbrica-se fortemente com o desenvolvimento da comunicação. A Revolução Industrial fez mais do que simplesmente produzir um aparato de

máquinas que não existiam: criou novas relações entre riqueza e território. Antes dela, os territórios (países) possuíam um potencial fixo para produzir suas riquezas, com base na área de terra que lhes pertencia. A única forma de aumentar essas riquezas era conquistar, comprar ou anexar um novo território. Após a industrialização, o grau de sofisticação tecnológica é que determina quanta riqueza pode ser produzida. Áreas relativamente pequenas tornaram-se mais prósperas que áreas maiores menos desenvolvidas. Surgiram novas profissões, novos crimes, e, segundo PEARCE (1989), novas visões de esperança e desespero.

O desenvolvimento dos aparatos de comunicação também afeta as visões, vícios e vocações da sociedade contemporânea, conforme veremos. Hoje, grande parte das crianças passa mais tempo assistindo à televisão do que na escola ou com leituras e em conversas com outras crianças ou adultos. As metamorfoses do capitalismo transformam esses telespectadores em “mercado”. A indústria da televisão serve a seus clientes, não mais à sua audiência.

Milhões de pessoas em praticamente todas as nações assistem a programas produzidos nos países desenvolvidos, marcadamente nos Estados Unidos. O “imperialismo cultural” incomoda alguns e surge como uma grande oportunidade financeira para outros ou ainda como uma força divisiva que separa a elite cultural das massas. Todas essas visões são reforçadas ou rechaçadas por estudos que suscitam questões econômicas e políticas geradas pelas novas formas de comunicação.

A comunicação torna-se um grande negócio e os interesses seguem o rumo do dinheiro. A partir de 1975, quando as políticas governamentais de democratização cultural e a idéia de serviço e monopólio públicos são confrontadas com a lógica comercial num mercado em vias de internacionalização, surge a reflexão sobre as indústrias culturais e o crescente processo de valorização das atividades culturais pelo capital.

Hoje, é mais do que visível que o capitalismo não trouxe, para vários países, o desenvolvimento profetizado por alguns teóricos e abominado por outros. Trouxe, sim, o desenvolvimento do subdesenvolvimento, a criação da

desigualdade do mundo. Surge daí a economia política da comunicação que resulta da ruptura com as teses defendidas pelos clássicos do marxismo e renova os estudos das relações internacionais, em termos de cultura e comunicação, com pesquisas que exemplificam a troca desigual de diversos produtos culturais.

Na segunda metade dos anos 60, os Estados Unidos preocupam-se com os conflitos do sudeste asiático e as lutas contra-insurrecionais em vários países do Terceiro Mundo. O assunto suscita análises de diversos estudiosos, entre eles Herbert Schiller, professor da Universidade da Califórnia, que lança o conceito de “imperialismo cultural” e o debate sobre os grandes desequilíbrios mundiais em matéria de comunicação. O tema é abordado por pesquisadores do mundo inteiro.

A América Latina desponta nesse cenário. Rompe com a sociologia funcionalista americana e uma geração de pesquisadores críticos desenvolve a teoria da dependência. Essa teoria encontra abordagens variantes conforme a apreciação da margem de manobra e o grau de autonomia creditados à cada país em relação às determinações de um sistema que leva em conta o mundo todo e não nação a nação. O continente latino destaca-se por uma reflexão constante sobre o vínculo entre a comunicação e a organização popular. Aqui se desencadeiam processos de transformação que abalam as concepções de agitação e propaganda e o desenvolvimento da mídia é visto como mais importante do que em outras regiões subdesenvolvidas.

Simultaneamente, a preocupação com o sentido único da comunicação, que caracteriza as relações Norte/Sul, acontece em âmbito mundial. O desequilíbrio dos fluxos e trocas gera um debate que atinge toda a comunidade internacional nos anos 70. Cria-se a Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic), cujo principal foco de expressão é a Unesco. Institui-se uma comissão internacional para o estudo dos problemas da comunicação, que elabora o relatório MacBride – em alusão a Sean MacBride, seu presidente. Trata-se do primeiro documento oficial representativo da comunidade internacional que expõe o desequilíbrio do fluxo e questiona sobre estratégias a aplicar para remediar a situação.

Os Estados Unidos, sob a política do presidente Ronald Reagan, procuram impor sua tese do *free flow of information*. Os países do Sul, por sua vez, mostram-se mais interessados em lutar por sua emancipação cultural nacional e os países comunistas utilizam essas demandas para oporem-se a qualquer abertura de seus sistemas de comunicação de massa. As propostas abordadas pelo relatório funcionam como um diálogo de surdos, mas servem para ampliar a visão bipolar do planeta, de um Norte dominante e um Sul subjugado. Os Estados Unidos tiram-se da Unesco em 1985 e logo em seguida a Inglaterra. A questão da regulação das redes e trocas migra para a regulação de organismos mais técnicos, como o GATT (tratado geral sobre as tarifas aduaneiras e o comércio).

Os produtos dos meios de comunicação, principalmente a televisão, passam a ser estudados por sua dimensão política e cultural e também por sua forma mercantil, ou seja, a audiência tida como consumidora.

O alcance cada vez maior e irrestrito dos veículos de comunicação e as tecnologias que permitem ligar as diversas partes do mundo em tempo cada vez menor engendram uma interação global. A comunicação eletrônica permite que sejam realizados negócios entre países distantes, expande a economia mundial e estabelece a sociedade global. Em meados de 1960, McLuhan acena com o termo “aldeia global”, em que o efeito-televisão transforma os espectadores passivos em “participantes” dos acontecimentos mostrados pela telinha e impulsiona o progresso nos países não-industrializados. Já o cientista político Z. Brzezinski, diretor do Instituto de Pesquisas sobre o Comunismo, na Universidade Columbia, batiza a nova sociedade - fruto do cruzamento entre o computador, a televisão e as telecomunicações - de tectrônica. Para ele, aldeia global conota um retorno à comunidade e à intimidade ligada à pequena cidade que lhe parece inadequada em meio a uma sociedade que está prestes a transformar-se em um “nó de relações interdependentes, nervosas, agitadas e tensas”.

Conforme as previsões dos dois autores, a partir da década de 80, a comunicação toma conta do mundo e seu mercado tecnológico aumenta continuamente. Bancos disponibilizam a seus clientes a movimentação de suas contas através de um terminal de computador interconectado à agência via

modem ou Internet. Instituições de controle social, como polícia, justiça, correios, receita federal e outros órgãos do Estado estão em rede, consultando e enviando dados referentes a qualquer indivíduo que esteja em seus cadastros. Isso para não citar o alcance dos próprios meios de comunicação que se alastram infinitamente através da rede digital e da instalação de satélites. Mesmo países menos influenciados pela cultura ocidental como a Indonésia e a Índia investem centenas de milhões de dólares em tecnologia de comunicação.

“O retorno da teoria ao vínculo social construído na comunicação comum efetua-se num momento em que os sistemas tecnológicos complexos de comunicação e informação exercem um papel estruturante na organização da sociedade e da nova ordem mundial.

A sociedade é definida em termos de comunicação que é definida em termos de rede.” (MATTELART, 1999 - p. 157)

Apesar de constituir-se em excelente roteiro para o entendimento das teorias, o livro de Mattelart continua enfatizando a teoria crítica, que vê na comunicação social muito mais problemas do que benefícios. Assim como a maioria dos teóricos, também ele aborda questões que levam em consideração pontos isolados do processo de comunicação e, justamente por isso, é incapaz de apontar soluções para essas questões. Ou ainda, até aponta-as, mas reconhece que sua prática somente seria possível se reinventássemos a sociedade abolindo o sistema vigente atual.

A grande virtude em se abordar a sociedade em termos de rede é que passa-se a perceber tudo imbricadamente, a perceber que nada acontece sozinho nem por acaso. Por isso, aprende-se também a considerar a importância que adquire cada elemento nesse infinito conjunto que é o cosmos. Seguindo a filosofia da implicação e os preceitos do construcionismo social, pretendo demonstrar com este capítulo justamente as contribuições de cada uma dessas pesquisas, não importando à qual corrente teórica pertença. A intenção não é negar as teorias existentes e sim superá-las, mostrar que elas foram válidas para

levar-nos a uma nova concepção que visa abordar a comunicação de forma mais integrada, mais abrangente.

As novas definições de comunicação e da sociedade em termo de rede a que se refere a citação anterior constituem o terreno por onde esta pesquisa pretende caminhar. Juntamente ao advento do ciberespaço e da cibercultura - termo que especifica o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, atitudes, modos de pensamento e valores que se desenvolvem junto ao crescimento do ciberespaço - elas modificam as concepções de trabalho e de campo de atuação para a maioria das pessoas. Segundo CEBRIÁN (1999), "*A rede está se convertendo na base de criação de riquezas no mundo inteiro*". um terreno bastante fértil, que potencializa a construção de novas trilhas para explorar a comunicação e apontar novos procedimentos para a educação. Consequentemente, é o momento do ensino superior rever alguns procedimentos. Refiro-me muito em especial ao ensino da Comunicação Social porque os futuros profissionais irão atuar diretamente com a comunicação que atinge um grande número de pessoas.

CAPÍTULO 2

O MUNDO: UMA IMENSA TEIA SEM A ARANHA

A história acadêmica da “descoberta” da comunicação resulta da contribuição de muitas disciplinas, entre as quais se destacam a filosofia, a psicologia, a sociologia e a antropologia como fontes das maiores revelações sobre o processo de comunicação. No entanto, as teorias que desvelaram muitos dos pontos sobre essa área de estudos surgiram também, como vimos no capítulo anterior, em pesquisas da matemática, da engenharia, da literatura, da semântica, da teoria geral dos sistemas, da psiquiatria, da administração, da lingüística, da ciência da computação, da economia, da história, da economia política, da crítica da mídia, da teoria crítica, enfim, a comunicação é transdisciplinar, é objeto de muitas ciências. É justamente essa multiplicidade de funções e sua presença em todas as áreas da vida humana que vêm reforçar o novo paradigma: a comunicação constrói mundos e não pode ser estudada isoladamente.

Falar sobre comunicação hoje, sobre a maneira como ela se estabelece na construção de mundos e sobre o papel que assume quotidianamente na vida humana, implica conhecer um pouco o processo cognitivo que permite observar a comunicação enquanto tal. A partir destas informações, pode-se chegar à inferência de que a comunicação não é mais tida apenas como um fato, como uma coisa ou um objeto social, mas como uma perspectiva que permite olhar para o processo evolutivo da humanidade na Terra sob novas abordagens, diferentes formas de observação e de entendimento.

O processo cognitivo é o objeto de estudo deste capítulo, que não tem pretensões maiores do que apenas servir como referência para que se possa discutir a comunicação a partir desse paradigma.

A Ecologia, originada da biologia organísmica e da teoria geral dos sistemas, possibilitou o pensamento sistêmico que ultrapassa a visão metafórica do

conhecimento como um edifício e passa a pensar em termos de redes. Sob o prisma da Ecologia, o mundo passa a ser visto não mais como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos fundamentalmente interconectados e interdependentes. O valor intrínseco de todos os seres vivos é reconhecido e os seres humanos são concebidos apenas como um fio particular na teia da vida. Nessa teia dinâmica de eventos inter-relacionados nenhuma das propriedades de qualquer de suas partes é fundamental. Todas são implicações da interconexão entre as propriedades das outras partes. Não existe aranha, ou seja, não há parte fundamental que comande o sistema. É a consistência global das inter-relações que determina a estrutura de toda a teia.

Nessa perspectiva, deixa-se de falar em leis fundamentais, princípios fundamentais, blocos de construção básicas e outros termos do estilo. Passa-se a perceber o mundo, o vivo e o próprio conhecimento científico como uma rede de relações. Abandona-se a análise para incentivar a síntese, que observa os fatos não isoladamente, mas em conjunto com todas as suas relações.

A cibernética complementa a visão dos ecologistas e dos biólogos. Enquanto estes últimos revoltam-se contra o mecanicismo e exploram a natureza de forma biológica, os ciberneticistas - engenheiros elétricos, matemáticos, neurocientistas e biólogos que divergem do paradigma predominante – voltam-se para o lado mental. Nas Conferências Macy⁷, uma série de reuniões do grupo de ciberneticistas em Nova York, reúnem-se, entre outros, os idealizadores do grupo: Norbert Wiener, John Von Neumann, Claude Shannon, Arturo Rosenblueth, Julian Bigelow e Warren McCulloch. Pouco mais tarde, as mesmas conferências reúnem em torno do mesmo assunto dois núcleos que se empenham em longos diálogos interdisciplinares. O primeiro formado pelos ciberneticistas originais, o outro grupo por cientistas vindos das ciências humanas – principalmente da antropologia e da psicologia - que se aglomeram em torno de Gregory Bateson e Margaret Mead. A intenção é criar uma ciência exata da mente através da descoberta de mecanismos neurais subjacentes aos fenômenos mentais e da possibilidade de expressá-los em linguagem matemática explícita. Seus integrantes preocupam-se

⁷ **Cybernetics: a definition.** (Online). Disponível na INTERNET via [WWW.URL: http://www.pangaro.com/published/cyber-macmillan.html](http://www.pangaro.com/published/cyber-macmillan.html).

com um diferente nível de descrição, concentrando-se em padrões de comunicação, em laços fechados e em redes. Suas investigações os levam às concepções de realimentação, de auto-regulação e de auto-organização.

De acordo com os ciberneticistas, cujas realizações originam-se de comparações entre organismos e máquinas:

“Um laço de realimentação é um arranjo circular de elementos ligados por vínculos causais, no qual uma causa inicial se propaga ao redor das articulações do laço, de modo que cada elemento tenha um efeito sobre o seguinte até que o último “realimenta” (feeds back) o efeito sobre o primeiro elemento do ciclo. A consequência desse arranjo é que a primeira articulação (“entrada”) é afetada pela última (“saída”), o que resulta na auto-regulação de todo o sistema, uma vez que o efeito inicial é modificado cada vez que viaja ao redor do ciclo.” (CAPRA, 1996 – p. 59)

Norbert Wiener sempre fez questão de deixar claro que, apesar de basear-se em modelos mecanicistas para estabelecer suas comparações com os sistemas vivos, nem por um momento quis dizer que os processos químicos, físicos e espirituais específicos da vida - como a conhecemos ordinariamente - seriam os mesmos que os de máquinas que a imitam. Embora sejam organizacionalmente fechados, os sistemas vivos são energeticamente abertos, o que significa que toda a interação com o sistema ecológico que o cerca acarreta uma realimentação e uma auto-regulação do sistema.

ANIMAIS, HUMANOS E MÁQUINAS – AS DIFERENÇAS

Os recentes desenvolvimentos da ciência cognitiva definiram muito bem as linhas que traçam a diferença entre a inteligência artificial e a cibernética. A inteligência artificial usa a tecnologia dos computadores para buscar a inteligência da máquina e considera sua implementação seu mais importante objetivo. A cibernética no entanto, procura, através da epistemologia (os limites do como nós

sabemos o que sabemos) entender as coações de qualquer meio (tecnológico, biológico ou social) e considerar as descrições eficazes como o mais importante resultado do processo. Diferentemente da inteligência artificial, o sistema nervoso humano interage com o meio ambiente modulando continuamente sua estrutura (auto-organização).

A cibernética evoluiu de uma visão construtivista na qual a objetividade deriva de entendimentos compartilhados de significados e a informação (ou inteligência, em nosso caso) é um atributo da interação. Este campo desenvolve-se também sob a influência das idéias do biólogo chileno Humberto Maturana, para quem a memória e as decisões humanas nunca são completamente racionais, mas sempre se manifestam coloridas por emoções, como sabemos a partir da experiência. O pensamento humano é sempre acompanhado por sensações e por processos somáticos que permitem nos diferenciarmos de máquinas e de outros organismos biológicos. O ser humano possui qualidades genuínas, como: sabedoria, compaixão, respeito, compreensão e amor. Segundo MATURANA (1998), essas qualidades são derivadas das emoções, que ele descreve como “disposições corporais dinâmicas que definem os diferentes campos de ação em que nos movemos”. Para o biólogo a razão é derivada da emoção e o humano se constitui no entrelaçamento do emocional com o racional:

“Todos os conceitos e afirmações sobre os quais não temos refletido, e que aceitamos como se significassem algo simplesmente porque parece que todo o mundo os entende, são antolhos. Dizer que a razão caracteriza o humano é um antolho, porque nos deixa cegos frente à emoção, que fica desvalorizada como algo animal ou como algo que nega o racional. Quer dizer, ao nos declararmos seres racionais vivemos uma cultura que desvaloriza as emoções, e não vemos o entrelaçamento cotidiano entre razão e emoção, que constitui nosso viver humano, e não nos damos conta de que todo sistema racional tem um fundamento emocional.” (MATURANA, 1998)

Segundo o autor, o racional se constitui nas coerências operacionais dos sistemas argumentativos que construímos na linguagem para defender ou

justificar nossas ações. Para ele não é a razão que nos leva à ação, mas a emoção. Não há ação humana sem uma emoção que a estabeleça como tal e a torne possível como ato. O amor é a emoção constituinte do domínio de ações em que as interações recorrentes de um ser humano com o outro fazem desse outro um legítimo outro na convivência. Não se fala aqui do amor especial que se dedica à família da gente ou à pessoa a qual se escolhe para conviver no dia-a-dia. Mas do amor no sentido de reconhecimento e de respeito pelas qualidades e também pelos defeitos inerentes a cada um, que nascem das experiências e aprendizados individuais de cada ser humano. MATURANA (1998) também afirma que se não há uma história de interações suficientemente recorrentes, envolventes e amplas onde exista aceitação mútua num espaço aberto às coordenações de ações, não podemos esperar que haja linguagem, pois a linguagem não pode surgir na competição. E a competição produz separação ou destruição.

A linguagem, conforme definida pelo autor, relaciona-se a coordenações de ações consensuais. A conservação de um modo de vida, caracterizado pelo compartilhar alimentos no prazer da convivência e no encontro sensual recorrente entre machos e fêmeas que convivem em torno da criação dos filhos, origina o modo de vida em coordenações consensuais de coordenações consensuais de ações que constituem a linguagem. Ou seja, se digo que uma mesa é uma mesa e o outro diz que é uma cadeira, preciso coordenar minhas ações para entrar em consenso com ele a respeito de como chamaremos tal objeto. Nesse caso, a linguagem, como domínio de coordenações consensuais de conduta, não pode ter surgido na agressão, pois a agressão restringe a convivência.

Pierre Lévy considera que a faculdade cognitiva humana compreende as faculdades de perceber, imaginar e manipular. Ele identifica esta última como a mais humana delas. Conforme LÉVY (1993), a percepção imediata é a habilidade cognitiva básica; a faculdade de imaginar é um tipo particular de percepção, desencadeada por estímulos internos, que nos permite antecipar as conseqüências de nossos atos; e as aptidões para manipulação e bricolagem é que nos permitem trafegar, reordenar e dispor parcelas do mundo que nos cerca de forma que elas acabem por representar alguma coisa. E exemplifica:

“Agenciamos sistemas semióticos da mesma forma como talhamos o sílex, como construímos cabanas de madeira ou barcos. As cabanas servem para abrigar-nos, os barcos para navegar, os sistemas semióticos para representar”. Já para MATURANA (1998) “o peculiar do humano não está na manipulação, mas na linguagem e no seu entrelaçamento com o emocional”.

Diferentes concepções do que vem a ser a habilidade fundamental que distingue o humano dos outros animais surgem a cada dia. Concordo com Lévy no que concerne à percepção, imaginação e manipulação e também com Maturana quando se refere à linguagem e às emoções como o peculiar do humano. Afinal, como o ser humano poderia organizar seus pensamentos para perceber e imaginar se não houvesse uma linguagem para representá-los e emoções que lhe permitissem relacionar-se com aquilo que percebe e com o que imagina e então partir para uma manipulação reflexiva? No entanto, é necessário lembrar que o conceito de linguagem, conforme descrito pelo próprio Maturana, é puramente ação: “Coordenação de coordenações consensuais de ações”. Ora, a linguagem surge da ação e da manipulação. A linguagem é ação. Portanto, aqui, como na rede de fenômenos fundamentalmente interconectados e interdependentes, é imprescindível que o valor intrínseco de todas essas habilidades seja reconhecido (nenhuma das propriedades de qualquer de suas partes é fundamental. Tudo é implicação da interconexão entre as propriedades das outras partes). É a consistência global das inter-relações que determina a estrutura da teia. Portanto, é a totalidade dessas faculdades que permite o processo cognitivo humano. O que tece a teia de conhecimentos de cada um são as relações de significação que o indivíduo imputa sobre tudo o que lhe é permitido perceber a partir das emoções que lhe são peculiares a cada nova percepção.

Sobre a percepção diversos estudos têm demonstrado que o que percebemos está muito distante daquilo que ocupa nossos sentidos e o que ocupa nossos sentidos é bem diferente das “coisas-nelas-mesmas” que constituem o mundo que pensamos que percebemos. Para exemplificar isso, PEARCE (1989) convida-nos a olhar por nossa janela e nos lembra que, o que percebemos como uma árvore não é uma árvore, mas um objeto que se

apresenta a nós como um padrão de luzes, ondas e partículas e talvez diminutos traços de química no ar. A árvore realmente existe. As sensações que recebemos é que são diferentes do objeto que percebemos. “Árvores são feitas de madeira mas você vê luz; árvores são sólidas ou líquidas, mas você cheira gases”. Em algum ponto do processo, tudo que vimos, tocamos, degustamos, cheiramos ou ouvimos existiu na forma de impulsos neuroquímicos viajando por nosso sistema nervoso em caminhos estruturados pelas propriedades físicas do nosso sistema nervoso, e não pelas alegadas características da árvore do lado de fora da janela.

Maturana foi um dos poucos estudiosos que ousou pensar no significado que essas considerações sobre o processo de percepção têm para a condição humana. Ele descreve o sistema nervoso como “operacionalmente fechado” e o mundo que os humanos constroem, cheio de “amor”, “honra”, “democracia” e “*status*” como descontínuo das sensações cruas que obtemos do mundo externo. Diz também que as coisas existem para nós como foram trazidas de fora através de um processo de nomear. “Seres humanos podem falar sobre coisas porque eles generalizam as coisas sobre as quais podem falar falando sobre elas” (MATURANA⁸ apud PEARCE, 1989 – p. 14). Esse é um processo social no qual vários sistemas “operacionalmente fechados” perturbam uns aos outros até que eles adquiram alguma forma coordenada de responder uns aos outros e ao mundo que os cerca. Pearce chama isso de coordenação, MATURANA (1998) prefere chamar de domínio consensual e exemplifica-o através da explicação de que a linguagem não ocorre apenas no cérebro:

“Certamente, se levo uma cacetada na cabeça e caio desmaiado ou morto, meu discurso desaparece. Tenho um cérebro que é capaz de crescer na linguagem, mas a linguagem não se dá no cérebro. A linguagem, como fenômeno, como um operar do observador, não ocorre na cabeça nem consiste num conjunto de regras, mas ocorre no espaço de relações e pertence ao âmbito das coordenações da ação, como um modo de fluir nelas. Se minha estrutura muda, muda meu modo de estar em relação com

⁸ MATURANA, Humberto. *Biology of Language*. Eds. George A. Miller and Elizabeth Lenneberg. *Psychology and Biology of Language and Thought*. New York: Academic Press, 1978. Pp. 27-63.

os demais e, portanto, muda meu linguajar. Se muda meu linguajar, muda o espaço do linguajeio no qual estou, e mudam as interações das quais participo com meu linguajeio. Mas a linguagem se constitui e se dá no fluir das coordenações consensuais de ação, e não na cabeça, ou no cérebro ou na estrutura do corpo, nem na gramática ou na sintaxe.”

Nesse sentido, Maturana nega a existência de um *universo* e defende a de um *multiverso* que compreende todas as histórias já contadas (e as que ainda estão por vir) que o torna coerente. O *universo* pressupõe uma realidade única, um discurso único e verdadeiro, sem levar em consideração as diferentes concepções que nascem a partir de distintas relações estabelecidas em cada meio. Já no *multiverso* defendido pelo biólogo, todas as histórias são válidas, ainda que não sejam verdadeiras, porque todas as histórias são construídas num processo descontínuo a partir de seus encontros com a realidade externa. Ou seja, o que é tido como verdadeiro para um índio do centro-oeste brasileiro a partir das relações que ele estabelece com seu ambiente, pode parecer completamente desprovido de sentido para um cientista norte-americano desfamiliarizado com a realidade do índio. Da mesma forma, para o índio, grande parte do discurso do cientista é incompreensível. Entretanto, de forma alguma isso significa que um dos dois esteja mentindo. Poderia agrupar Para ambos, o que conceituam a partir de seu viver, é a mais pura verdade. São essas diferentes experiências e perspectivas que dificultam a comunicação e ensejam diversos conflitos que nascem pela busca incessante da razão, aqui entendida como verdade absoluta. A comunicação é, então, responsável pela construção de mundos e pode alterar as formas de relacionamento dos seres e incentivar o processo cognitivo. É interessante destacar que, as palavras-chave são “relacionamento” e “processo”, pois apenas através da elaboração de relações e do entendimento dos fatos inseridos em um processo que os contextualize é possível haver entendimento. Esse é o ponto abordado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

A COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO DA ECOLOGIA COGNITIVA

A nova concepção de linguagem, conforme proposta por Maturana, como um operar em coordenações consensuais de coordenações consensuais de ação, altera uma série de conceitos. Comunicar deixa de ser apenas representar alguma coisa e passa a fazer parte do processo de construção do mundo. Se antes era apenas transmitir uma mensagem de um emissor, através de um canal, a um receptor que deveria decodificá-la e enviar um feedback (realimentação), hoje a função primária da comunicação é a construção da própria personalidade do homem e de novos mundos humanos.

Segundo o novo paradigma (PEARCE, 1996), dizer como algo se chama não é mais apenas nomeá-lo ou falar sobre ele: é, num sentido muito real, convocá-lo a ser como foi nomeado. O significado de uma enunciação sempre está inconcluso, e, em continuação, o que o outro faz o completa, mas nunca definitivamente. Só agrega algo mais a esse processo de completar. Poderia agrupar. O que o primeiro interlocutor agrega contribui com algo mais para completá-lo, e assim sucessivamente.

Pearce refere-se ao movimento de uma serpente - que se insinua em vai e vem contínuo - em vez do processo digital no qual se avança à razão de um passo por vez. E explica: "o que se diz nesse instante pode ter um significado muito diferente como resultado de algo que aconteça dentro de uma hora". Exemplificando, poderíamos dizer que uma pessoa estaria "em maus lençóis" se, num momento de raiva, expressasse o desejo de se vingar de alguém e, algum tempo depois esse alguém aparecesse morto ou gravemente ferido em razão de uma cilada. Mesmo que a primeira pessoa não tenha absolutamente nada a ver com isso, provavelmente recairão sobre ela suspeitas de culpa.

Quando se pensa seriamente nos atos como co-construídos e se pretende compreender a comunicação humana, de acordo com Pearce, a menor unidade de análise deve ser uma tríade de ações. Para compreender o que acontece num dado momento, é preciso considerá-lo como co-construído pelos eventos

circundantes e em função do que aconteceu antes e do que sucederá depois. Devemos ver as coisas em seu contexto e também devemos ver o que elas fazem a esses contextos. A comunicação é então um processo construtivo, não um mero trilho condutor de mensagens ou de idéias, tampouco um sinal indicador do mundo externo. É um processo circular e falar sobre ela só mediante o estudo da linguagem dos signos e sinais estabelece um processo linear digital que é preciso completar (PEARCE, 1996).

Lévy acata a idéia do construcionismo de Pearce e afirma que “o ato de comunicação define a situação que vai dar sentido às mensagens trocadas” (LÉVY, 1993). Por atos, comportamentos e palavras, cada pessoa que participa de uma situação estabiliza ou remodela a representação que dela fazem os outros protagonistas.

SOMOS TODOS UMA EQUIPE

O contexto é o alvo do atos de comunicação e LÉVY (1993) ilustra essa concepção utilizando a metáfora de um tabuleiro de xadrez, onde cada jogada ilumina com uma nova luz o passado da partida e reorganiza seus futuros possíveis. PEARCE (1996) usa o jogo de tênis, quando, depois que o jogador 1 envia a bola ao jogador 2, nunca tem certeza de onde seu adversário vai jogá-la de volta e como ele próprio responderá. Ambos pretendem ilustrar a mesma concepção: cada nova mensagem recoloca em jogo o contexto - um objeto perpetuamente reconstruído e negociado - e seu sentido. “As mensagens e seus significados se alteram ao deslocarem-se de um ator a outro na rede e de um momento a outro do processo de Comunicação” (LÉVY, 1993). Os atores da comunicação produzem continuamente o universo de sentido que os une ou os separa. Cada ação vai construindo o futuro da partida e dando novos significados aos atos anteriores.

A mesma operação de construção de contexto se repete na escala de uma micropolítica interna às mensagens. Na comunicação verbal, por exemplo, a interação das palavras constrói redes de significação transitória na mente de um ouvinte que, ao ouvir uma palavra, ativa imediatamente em sua mente uma rede

de outras palavras, conceitos, modelos, imagens, sons, odores e sensações, lembranças e afetos.

Separadamente, cada palavra remete a uma significação, mas apenas no contexto de uma frase é que essa palavra adquire sua força para emergir à consciência do ouvinte. Por exemplo, a palavra bomba pode significar uma máquina para elevar ou esgotar líquidos; um aparelho com que se enchem câmaras-de-ar; um projétil com substâncias explosivas que arrebenta com estampido; um doce recheado com creme; a reprovação em um exame e ainda um acontecimento inesperado, sensacional (LUFT, 1995). O contexto é que designará a configuração de ativação de uma grande rede semântica em um dado momento. É por isso que, na maioria das vezes em que conversamos com alguém, iniciamos a conversa falando sobre um assunto e a encerramos com outro bem diferente. Porque vamos fazendo inter-relações que não eram planejadas, conforme percebemos as palavras do discurso de nosso interlocutor e as remetemos a nossas experiências anteriores que procuramos relatar e, que, num processo contínuo constróem o rumo do diálogo. Talvez isso explique porque muitas vezes encontramos pessoas que nunca vimos antes mas com quem o diálogo nasce franco e produtivo, porque nos leva a relações internas que, quando relatadas a nosso interlocutor fazem-no lembrar de suas experiências, e assim por diante. Noutras vezes, com pessoas que conhecemos há muito tempo, basta dizer uma ou duas palavras para que o significado seja compartilhado, mas o diálogo verbal maior fica um pouco comprometido porque as inter-relações já foram quase todas feitas em situações anteriores e não acrescentam mais novidades aos dois interlocutores. As emoções que os unem passam a se estabelecer mais comumente na forma de experiências vividas juntos do que compartilhadas no diálogo.

Conforme o que vimos então, todo e qualquer conhecimento adquirido é fruto de implicação constante entre todos os nós e fios da teia da vida, não apenas da nossa vida, mas também de todas as pessoas, objetos, animais, agentes biológicos e técnicas que nos cercam e, direta ou indiretamente, interagem conosco em algum momento, seja em forma de relacionamentos familiares, amorosos, profissionais, institucionais ou ainda, sob a forma de

inventos tecnológicos que influenciam nossa cultura e nosso modo de agir e pensar. Tudo é síntese de um amplo processo resultante da infinita teia da vida, eternamente em metamorfose, em que a inteligência ou a cognição são o resultado de redes complexas nas quais interagem um grande número de atores humanos, biológicos e técnicos. Podemos dizer então que nossos conhecimentos são formados com o auxílio de uma grande equipe:

“O sujeito cognitivo só funciona através de uma infinidade de objetos simulados, associados, imbrincados, reinterpretados, suportes de memória e pontos de apoio de combinações diversas. Mas estas coisas do mundo, sem as quais o sujeito não pensaria, são em si produto de sujeitos, de coletividades intersubjetivas que as saturaram de humanidade. E estas comunidades e sujeitos humanos, por sua vez, carregam a marca dos elementos objetivos que misturam-se inextrincavelmente à sua vida, e assim por diante, ao longo de um processo em abismo no qual a subjetividade é envolvida pelos objetos e a objetividade pelos sujeitos.” (LÉVY, 1993 – p. 174)

LÉVY (1993) chama a essa equipe de Ecologia Cognitiva. E acrescenta que um ator qualquer não tem nada de substancial para comunicar se não estiver interagindo com outros atores e implicando de alguma forma em suas vidas. Ao observar o fenômeno sob o ponto de vista biológico, Maturana (1998 – p. 63) afirma que o ser vivo está vivo apenas enquanto conserva sua congruência com o meio e estes se transformam congruentemente sob condições de conservação da organização do ser vivo. “A consequência disso tudo é que somos como somos em congruência com nosso meio e que nosso meio é como é em congruência conosco, e quando essa congruência se perde, não somos mais”. Ele ilustra essa concepção com a história de um homem que está muito mal e é mantido vivo ligado a aparelhos num quarto de hospital. O homem continua vivo porque o meio está adaptado a ele e ele ao meio, mas se o removermos dali para levá-lo à praia, por exemplo, ele morrerá. Noutro exemplo, Maturana utiliza-se do próprio caminhar humano: o movimento feito pelas pernas permite-nos percorrer distâncias quando em contato com um chão. Retire-se o chão debaixo dos pés –

experimente sustentar-se em uma barra de fazer ginástica, por exemplo – e os mesmos movimentos servirão apenas para balançar as pernas. Sem uma superfície não existe “andar”, da mesma forma que não se pode “nadar” em um local onde não haja água suficiente para isso.

Para os biólogos chilenos Maturana e Varela, o ser humano é composto por um sistema *autopoiético* (produz a si mesmo) que se organiza como uma rede de processos de produção cujos componentes regeneram continuamente a rede que os produziu através de suas transformações e interações e constituem o sistema como unidade concreta no espaço em que ele existe, especificando o domínio topológico no qual se realiza como rede:

“Uma máquina autopoiética engendra e especifica continuamente sua própria organização. Realiza esse processo incessante de substituição de seus componentes por estar continuamente submetida a perturbações externas e constantemente forçada a compensar essas perturbações. Desse modo, uma máquina autopoiética é um sistema homeostático (ou melhor, de relações estáveis) cuja invariante fundamental é sua própria organização (a rede de relações que a define).” (MATURANA & VARELA⁹ apud MATTELART, 1999 – p. 163)

A Ecologia Cognitiva seria então, a ciência que estuda a implicação do meio ambiente, formado por agentes biológicos, técnicas e outros sujeitos humanos, sobre a formação da personalidade de um sujeito e, reciprocamente, deste último na formação do meio ambiente em que está inserido e na formação também da personalidade dos demais sujeitos humanos com os quais interage.

O HIPERTEXTO DA VIDA

A vida humana é como um hipertexto, definido por LÉVY (1993 – p.28) através da apropriação da idéia enunciada pela primeira vez por Vannevar Bush,

⁹ MATURANA, Humberto & VARELA, Francisco. *Autopoiesis and Cognition*. D. Reidel, Boston, 1980.

em 1945¹⁰. “A mente humana pula de uma representação para outra ao longo de uma rede intrincada, desenha trilhas que se bifurcam, tece uma trama infinitamente mais complicada do que os bancos de dados de hoje ou os sistemas de informação de fichas perfuradas existentes em 1945”. É esse também o princípio que rege a rede mundial de computadores e o funcionamento do ciberespaço. Nesse espaço virtual, por onde navegam os internautas, cada pessoa busca formar seu hipertexto a partir de suas próprias necessidades, navegando através dos links que mais lhe interessam, fazendo seu próprio caminho pela rede.

O espaço virtual inspira Lévy a produzir uma metáfora que explica como o pensamento atinge as coisas. Ele esboça uma teoria hermenêutica da comunicação, em que os atores da comunicação, ou os elementos de uma mensagem constroem e remodelam universos de sentido, mundos de significação ou hipertextos:

“O que é a significação? Ou, antes, para abordar o problema de um ponto de vista mais operacional, em que consiste o ato de atribuir sentido? A operação elementar da atividade interpretativa é a associação; dar sentido a um texto é o mesmo que ligá-lo, conectá-lo a outros textos, e portanto, é o mesmo que construir um hipertexto. É sabido que pessoas diferentes irão atribuir sentidos por vezes opostos a uma mensagem idêntica. Isto porque, se por um lado o texto é o mesmo para cada um, por outro, o hipertexto pode diferir completamente. O que conta é a rede de relações pela qual a mensagem será capturada, a rede semiótica que o interpretante usará para captá-la.” (LÉVY 1993 – p.72)

Assim como a vida humana, qualquer contexto comunicacional é um hipertexto, visto que toda mensagem é sempre reconstruída pelo receptor a partir de sua própria rede de conceitos, por sua vez determinada pelas relações

¹⁰ LAMBERT, Steve et ROPIEQUET, Suzanne (sob a direção de), *CD-ROM, The New Papyrus*, Microsoft Press, Redmond, WA., 1986. (Contém uma reprodução do texto de Vannevar BUSH “As we may think”,

experimentadas anteriormente por tal indivíduo e pelo contexto que se forma naquele momento.

“O objeto principal de uma teoria hermenêutica da comunicação não será, portanto, nem a mensagem, nem o emissor, nem o receptor, mas sim o hipertexto que é como a reserva ecológica, o sistema sempre móvel das relações de sentidos que os precedentes mantêm. E os principais operadores dessa teoria não serão nem a codificação nem a decodificação nem a luta contra o ruído através da redundância, mas sim estas operações moleculares de associação e desassociação que realizam a metamorfose perpétua do sentido.” (Op. Cit. – p. 73)

No ciberespaço a comunicação possibilita novos conhecimentos sociais e comerciais e relacionamentos afetivos que podem se transformar em grandes amizades, casos de amor ou de ódio:

“Ao contrário dos relacionamentos em que há contato físico, quando algumas características são mais imediatamente percebidas (como pessoas que falam demais, muito alto, têm mau hálito, são muito tímidas ou têm raciocínio lento), as características incômodas podem ser ocultadas, passando ao interlocutor mais a imagem ideal do que a real.

Através do monitor todos são bonitos, espertos, inteligentes. É um jogo, um grande baile de máscaras, em que se vivenciam personas e fantasias. Aos poucos, as máscaras vão caindo e as pessoas vão se mostrando mais cruamente, despidas, desnudas. Nesse momento, as relações, que estavam protegidas pelo distanciamento, podem tornar-se mais profundas que qualquer outra. Afinal, a primeira coisa que se mostra nas relações virtuais é o que mais se esconde nas relações físicas: o interior das pessoas.” (STORCH & COZAC, 1995 – p. 13)

Ao prefaciar o livro de Storch e Cozac, Carlos Seabra entrevê essa queda de barreiras que as relações físicas impõem e prenuncia a importância de saber escrever. Ao contrário do que muitos poderiam pensar, e conforme verificou-se através da passagem da oralidade primária para a escrita, a nova forma de comunicação virtual não vai erradicar a escrita, apenas adaptá-la. Se as palavras possuem a força que constatamos acima para remeter-nos a conhecimentos adquiridos anteriormente no mundo real, as coisas não se diferenciam muito na Web. De acordo com Seabra, nesse mundo virtual, a palavra também é o pó de pirlimpimpim que transforma a gata borralheira em Cinderela: "Aquele que não sabe pontuar, não tem poder de síntese das idéias, não conhece um vocabulário rico, ah... esse "dança" na mão desta comunidade, que pode ser tão cruel com ele quanto o outro mundo para com os quasímodos de aspecto repelente" (STORCH & COZAC, 1995 – p. 17).

No espaço virtual, segundo Storch, seduzir é o principal objetivo das pessoas que se juntam aos *chats* (grupos de bate-papo existentes no ciberespaço). Elas precisam, de alguma forma, chamar a atenção, tornar-se um participante ativo e não mero espectador. A meta é sempre a conquista, seja ela de espaço para discutir ou colocar suas idéias, de novos amigos, ou de um novo aprendizado para a vida. Alguns procuram conquistar mostrando-se cultos e inteligentes, outros através do humor, da simpatia, da afabilidade, da facilidade de entrosamento. Há também aqueles que tentam seduzir usando nomes falsos ou um personagem atraente. De qualquer maneira, assim como na vida real, todos buscam o prêmio dessa conquista, que é o reconhecimento, e conseqüentemente respeito, amor.

Em nosso cotidiano, por falta desse carinho, desse reconhecimento, muitas pessoas buscam alternativas como a violência, os conflitos, extremismos e posicionamentos radicais que não permitem diálogos e negam a existência do outro como legítimo outro na convivência porque não aprenderam a conviver com diferenças e a tirar proveito delas. Para essas pessoas, as diferenças representam ameaças, competidores, que precisam ser eliminados.

Segundo MATURANA (1998), a competição se constitui culturalmente e não é nada saudável. Ela se estabelece quando, para estabelecer uma relação, é fundamental que outro não obtenha o que um possui. A vitória nasce da derrota do outro. Entretanto, ao sintetizarmos as idéias de Maturana, da teoria sistêmica e da ecologia cognitiva, chegamos à conclusão de que as coisas deveriam ser exatamente opostas. O intuito de dois adversários, deveria ser sempre a sedução, ou seja, buscar aproximar o outro, trazê-lo a compartilhar alguns significados das teias de conhecimentos e não afastá-lo cada vez mais. A palavra chave aqui seria *cooperação/colaboração – trabalho para o mesmo fim*.

A POSSIBILIDADE DA COMUNICAÇÃO TODOS-TODOS

Lévy vê no ciberespaço a abertura para novas formas de comunicação e a possibilidade de a humanidade retomar esse caminho da cooperação. No entanto justifica que seu otimismo não promete que a Internet resolverá em um passe de mágica todos os problemas culturais e sociais do planeta, mas consiste apenas em reconhecer dois fatos:

“Em primeiro lugar, que o crescimento do ciberespaço resulta de um movimento internacional de jovens ávidos para experimentar coletivamente formas diferentes daquelas que as mídias clássicas propõem. Em segundo lugar, que estamos vivendo a abertura de um novo espaço de comunicação, e cabe apenas a nós explorar as potencialidades mais positivas deste espaço nos planos econômico, político, cultural e humano.” (LÉVY 1999 – p. 11)

A cibercultura incentiva a passagem para uma nova abordagem da comunicação, na qual, além de construir mundos, ela passa a ser realizada não mais de um para todos - conforme difundida por nossas mídias até o momento - mas sim de todos para todos, conforme defende Lévy. Nesse campo o francês não está sozinho. O Clube de Roma¹¹ encomendou pesquisa e a publicou na

¹¹ O Clube de Roma é uma organização privada que reúne cem personalidades de cinquenta países. São intelectuais, políticos e empresários de todas as latitudes que se congregam para estudar os problemas atuais. O Clube, na década de 60, publicou o informe *Os limites do crescimento*, elaborado por uma equipe do Massachusetts Technological Institute (MIT). (Cf. CEBRIÁN, 1999).

Europa em 1997 e no Brasil em 1999. No prefácio, as palavras de Don Tapscott, presidente da Aliança para as Tecnologias Convergentes e uma das principais autoridades mundiais no tema do impacto dos meios digitais na empresa e na sociedade, comprovam a importância atual do novo meio de comunicação:

“Na década de 1990, a revolução digital concentrou-se em torno da *rede*. Com mais de cem milhões de usuários que, segundo se calcula, chegarão a mais de um bilhão em algum momento da próxima década, a *rede* está se transformando em algo que nenhum empresário, político ou simples curioso de nosso século poderá ignorar. A primeira década do século XXI trará mudanças de longo alcance e grandes transformações na economia, na política, na educação, no entretenimento, na sociedade e na situação geopolítica.

À primeira vista, afirmações como esta parecem excessivas. No entanto, não é exagero dizer que estamos presenciando os primeiros e turbulentos dias de uma revolução tão importante quanto qualquer outra na história. Está surgindo um novo meio de comunicação humana, que poderia superar todas as revoluções anteriores – a imprensa, o telefone, a televisão, o computador – no que se refere a seu impacto em nossa vida econômica e social. As denominadas auto-estradas da informação e seu arquétipo, a Internet, estão possibilitando uma nova economia baseada numa rede de inteligência humana. Nessa economia digital os indivíduos e as empresas geram riqueza aplicando seu conhecimento, a inteligência interconectada e seu esforço à indústria, à agricultura e aos serviços.

(...) Uma transformação desse porte nas relações econômicas e sociais só ocorreu um punhado de vezes neste planeta. Como assinala o informe do Clube de Roma, este é um momento de grandes oportunidades e perigos.” (CEBRIÁN, 1999 – pp. 13 e 14)

Em sua proposta de uma sociedade mais voltada para a economia do humano LÉVY (1998 – p. 60) aproveita-se desse momento atual para esboçar os

princípios que regeriam sua “sociedade utópica”¹². Nela, depois de haver experimentado os poderes críticos e desterritorializantes da mídia clássica – que difunde em larga escala todo o tipo de idéias e representações, pondo em questão os estilos de organização rígidos e as culturas fechadas ou tradicionais – as sociedades humanas partiriam para a experimentação de capacidades de aprendizado cooperativo, de urdidura e reconstituição do laço social que os dispositivos de comunicação dispõem hoje para a inteligência coletiva. O ciberespaço seria o abrigo para agenciamentos de enunciação produtores de sintomas políticos vivos que permitiriam aos coletivos humanos inventar e exprimir de modo contínuo enunciados complexos, abrir o leque das singularidades e das divergências em uma democracia em tempo real:

“A democracia em tempo real visa a constituição do “nós” mais rico, cujo modelo musical poderia ser o coral polifônico improvisado. Para os indivíduos, o exercício é especialmente delicado, pois cada um é chamado ao mesmo tempo a: 1) escutar os outros coralistas; 2) cantar de modo diferenciado; 3) encontrar uma coexistência harmônica entre sua própria voz e a dos outros, ou seja, melhorar o efeito de conjunto. É necessário, portanto, resistir aos “maus atrativos” que incitam os indivíduos a cobrir a voz de seus vizinhos, cantando demasiado forte, a calar-se ou cantar em uníssono. Nessa ética da sinfonia, o leitor terá percebido as regras da conversação civilizada, da polidez ou do *savoir-vivre* – o que consiste em não gritar, em ouvir os outros, em não repetir o que eles acabam de dizer, em responder-lhes, em tentar ser pertinente e interessante, levando em conta o estágio da conversa. A democracia direta no ciberespaço poria em ação uma civilidade acompanhada por computador. Essa nova democracia poderia assumir a forma de um grande jogo coletivo, no qual ganhariam (mas sempre provisoriamente) os mais cooperativos, os mais urbanos, os melhores produtores de variedade consonante... e não os mais hábeis em assumir o

¹² A “Sociedade Utópica” aqui citada constitui-se não de algo que, apesar de sonhado, é impossível de realizar-se, como no sentido mais literal da palavra, mas “utópica” em razão da distância que o mundo real ainda encontra-se hoje em relação à sociedade descrita pelo autor.

poder, em sufocar a voz dos outros ou em captar as massas anônimas em categorias molares.” (LÉVY, 1998 – p.67)

A Internet, por ser um espaço privilegiado para quaisquer interações, permite os movimentos de desterritorialização do sujeito e de socialização global. Um sujeito que vive no local mais remoto do planeta virtualmente pode trocar informações constantemente com um professor de universidade européia e com um aluno do ensino fundamental brasileiro. A rede é um oceano de informações, onde cada indivíduo tece sua própria teia de interesses, buscando o que lhe é primordial num determinado momento.

Para o autor o ciberespaço permite remodelar a sociedade humana através de uma engenharia do laço social que faz dele o espaço do saber, criando o coletivo inteligente. Ele passaria a servir não apenas para os bate-papos sem maiores conseqüências. Tornar-se-ia a ágora virtual onde o coletivo poderia debater as questões que lhe dizem respeito através dessa ética da sinfonia. As fases dessa dinâmica da inteligência coletiva seriam: *a escuta*, que consiste em fazer emergir, em tornar visível ou audível, a miríade de idéias, argumentos, fatos, avaliações, invenções, relações que constituem o social real, a massa do social; *a expressão* dos problemas que parecem mais importantes para a vida coletiva, uma tomada de posição frente a esses problemas e a formulação de argumentos em apoio a suas posições; *a decisão* tomada em relação às questões a partir das expressões do coletivo e do consenso da maioria, após uma verdadeira elaboração coletiva – e nesse caso as expressões das minorias tornar-se-iam soluções alternativas para os problemas -; *a avaliação* dessa decisão em tempo real, pelo próprio coletivo; *a organização* – distribuição de funções e órgãos na cidade, divisão de tarefas, reagrupamento de forças e competências em virtude das decisões e avaliações feitas pelo coletivo; *a conexão* transversal – reagrupamentos imprevistos, desejos de colaboração, de deslocamentos e trocas que podem vir à tona a partir dos atos de escuta, expressão, decisão e avaliação; e finalmente, mas não por último, *a visão* global – a retroação permanente que acaba desenhando uma dinâmica, que não se inicia em nenhuma das fases anteriores mas em todas elas ao mesmo tempo. Essa dinâmica resulta no

permanente processo de mutação e de auto-organização do coletivo, a que LÉVY (1998) chama democracia em tempo real, ou demodinâmica.

Existem, e sempre existirão, aqueles que se negam a aceitar a viabilidade da proposta argumentando que o ciberespaço não é acessível à grande maioria da população e que serve para aumentar ainda mais as diferenças e a exclusão social. Nossa resposta aqui é o convite a um reavivamento da memória, mais um retorno ao passado, ao tempo em que não havia telefone, rádio ou televisão. Uma comprovação de que as técnicas sempre fizeram e fazem parte do mundo humano, colaborando para que ele seja exatamente da forma como o vemos hoje. A construção e a organização social dependem estreitamente da relação que o homem mantém com outros atores humanos, biológicos e com as técnicas e tecnologias que o cercam. Depende da Ecologia Cognitiva. Vejamos isso no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

AS TECNOLOGIAS E A INTELIGÊNCIA COLETIVA

Desde o início da civilização humana as tecnologias serviram para modelar novas formas de organização social. Algumas tiveram menor influência, outras força inegável - como é o caso da escrita, que revolucionou a evolução humana ao permitir o registro e arquivamento de informações e conseqüentemente a aparição de novas formas de saber e de aquisição desses conhecimentos. O fato é que todas colaboraram para que o planeta Terra e a civilização humana sejam como são hoje.

As tecnologias mecânicas foram as primeiras a surgir. Sob a forma de iscas, machados, pedras bifaciais, pontas e lascas de sílex, apontaram uma facilidade ao homem, que passou a distinguir-se dos outros animais por dominar instrumentos e técnicas de caça e pesca, o que comprova que o homem já havia alcançado um novo patamar em relação aos demais habitantes do planeta, pois tinha a capacidade de relacionar informações e utilizá-las no planejamento de algo que pudesse utilizar em proveito próprio e da espécie. A descoberta do fogo e das propriedades que permitem produzir energia e transformar as qualidades internas dos materiais foi o segundo passo. A partir da Revolução Industrial, aliada a novas formas tecnológicas adquiridas pelo homem, se dá incontestavelmente o desenvolvimento das tecnologias termodinâmicas, ou seja, as tecnologias quentes que obtêm seus produtos finais por meio de aquecimentos, misturas, reações em massa.

Hoje, de acordo com LÉVY (1998 – p. 50), o homem está iniciando o estágio das tecnologias frias, em que as técnicas ultrafinas da matéria realizarão as operações clássicas das técnicas mecânicas aplicadas à escala dos átomos e das moléculas. Modificam-se as qualidades íntimas dos materiais tal qual faziam as tecnologias quentes, porém agora o dispêndio de energia é mínimo.

Se o objetivo aqui fosse uma pesquisa sobre as formas tecnológicas que desde sempre acompanham a humanidade poderíamos citar ainda as descobertas da roda - para a qual nem todos os povos deram a mesma função que a nossa sociedade hoje - da navegação, da pólvora, da penicilina, a invenção da lâmpada entre outras centenas ou milhares. Nossa intenção no entanto, é relatarmos brevemente as mudanças oportunizadas pela evolução tecnológica que influenciaram e influenciam diretamente a comunicação humana, implicando, também diretamente, nas formas de ação e de organização social de nossa espécie e do mundo que temos hoje.

UMA VIAGEM ÀS CAVERNAS

As transformações atuais acontecem em velocidade vertiginosa e cada vez mais esse processo tende a se acelerar. Na pré-história, os hominídeos viviam em cavernas e comunicavam-se mais ou menos como os animais complexos de hoje, através de grunhidos, gestos e atitudes inatas que lhes permitiam a sobrevivência. Embora ainda não possuíssem uma linguagem comum a um grande grupo, cada um dos seres humanos era capaz de produzir seus próprios pensamentos, sem, no entanto, ser capaz de expressá-los verbalmente.

Foram necessários milhões de anos para que esses hominídeos adquirissem as características físicas necessárias para desenvolver a fala. Outros milhares de anos para o grupo tornar-se capaz de determinar um código de signos que significasse a todos os membros a mesma idéia ou objeto. E desse momento em diante as coisas começaram a se modificar um pouco mais rapidamente.

A habilidade de organizar e expressar pensamentos permite aos Cro-Magnon (*Homo sapiens sapiens*) sobreviver às mudanças climáticas no fim da era glacial. Já o homem de Neanderthal (*Homo sapiens neanderthalensis*), que ainda não havia estabelecido estes códigos, extingue-se.

Nessa época, em que predominava a oralidade primária, tudo era transmitido através de fala, gestos e imitações, por isso, precisava ser

periodicamente retomado e repetido em voz alta para não desaparecer. Esse tempo caracteriza-se pelo círculo e pelo devir do eterno retorno sem referencial nem vestígio, quando as informações, os saberes, sempre retornam através das repetições e modificam-se pelos detalhes acrescentados imperceptivelmente ao longo dessas transmissões, adequando-se às experiências vividas ou ouvidas por aquele que conta a história e ao contexto do momento no qual o faz (LÉVY, 1993 – pp. 83 e 127). Dele, como herança para as gerações atuais, ficam as velhas histórias, lendas e mitos, passados de pai para filho, que muitas vezes assustam, alegram ou surpreendem na tentativa de transmitir às futuras gerações alguns princípios básicos de convivência em sociedade, educação familiar, enfim, normas e saberes acumulados pela experiência dos que viveram mais ou há mais tempo e que são passados adiante em forma de narrativas. Hoje, ainda dominamos a maior parte de nossas habilidades ouvindo, conversando, observando, imitando, fazendo - (Coordenações consensuais de conduta).

Mais ou menos entre 6.000 e 3.000 a.C., os Cro-Magnon, ainda nômades e novamente em busca de adaptação ao clima que havia secado, deslocam-se para o Crescente Fértil, às margens do rios Nilo e Eufrates. Ali fixam moradias, iniciando o estabelecimento da agricultura e da criação de gado. A essa altura, passa a ser necessário um meio de registrar as tábuas das marés, os movimentos dos astros, os limites das terras e, mais tarde, as negociações comerciais que foram surgindo (GIOVANNINI, 1987). A argila, seca ao sol ou cozida no forno, também desempenhou um papel fundamental na origem da escrita. E após um processo de aperfeiçoamento de algumas centenas de anos, nasce a base da escrita tal como nossa civilização ocidental a conhece, ou seja, um alfabeto formado por consoantes e vogais:

“Com a escrita, abordamos aqueles que ainda são os nossos modos de conhecimento e estilos de temporalidade majoritários. O eterno retorno da oralidade foi substituído pelas longas perspectivas da história. A teoria, a lógica, e as sutilezas da interpretação dos textos foram acrescentadas às narrativas míticas no arsenal do saber humano. Veremos finalmente que o alfabeto e a impressão, aperfeiçoamentos da escrita,

desempenharam um papel essencial no estabelecimento da ciência como modo de conhecimento dominante.” (LÉVY, 1993 – p. 87)

A partir dela é possível registrar e armazenar informações que podem ser consultadas a qualquer tempo por qualquer pessoa que tenha habilidade para decifrar os códigos formados pelos signos alfabéticos (ler) e organizar dados através desses códigos (escrever). Na época, poucos tinham acesso a esse aprendizado e os que sabiam ler e escrever geralmente faziam parte do clero ou da nobreza. O saber distribuído pela escrita contribuiu muito para o surgimento e a diferenciação entre as classes sociais, visto que, a nova habilidade constituía-se em uma nova arma do poder.

“O nascimento da escrita está ligado aos primeiros Estados burocráticos de hierarquia piramidal e às primeiras formas de administração econômica centralizadas (imposto, gestão de grandes domínios agrícolas etc.)” (LÉVY, 1998 – p. 60).

“Através da escrita o poder estatal comanda tanto os signos quanto os homens, fixando-os em uma função, designando-os para um território, ordenando-os sobre uma superfície unificada (...) A escrita serve para a gestão dos grandes domínios agrícolas e para a organização da corvéia e dos impostos. Mas não se contenta em servir ao Estado, à agricultura planejada ou à cidade: ela traduz para a ordem dos signos o espaço-tempo instaurado pela revolução neolítica e as primeiras civilizações históricas (LÉVY, 1993 – p. 88).

Pode-se perceber, pelas datas que marcam os avanços significativos da comunicação e da história humana, que a evolução passa então a ser notada em termos de centenas de anos. E é preciso lembrar que a própria história da civilização humana só foi oportunizada pelo surgimento da escrita, que permitiu registrar, arquivar e armazenar fatos, datas e outras informações relevantes tomadas como marcos das conquistas de nossa civilização. No entanto, a escrita não é ainda a forma perfeita de comunicação:

“A escrita permite uma situação prática de comunicação radicalmente nova. Pela primeira vez os discursos podem ser separados das circunstâncias particulares em que foram produzidos. (...) A comunicação puramente escrita elimina a mediação humana no contexto que adaptava ou traduzia as mensagens vindas de um outro tempo ou lugar. (...) O leitor encontra-se subitamente frente a assuntos de um outro longínquo, cuja intenção permanecerá sempre incerta, sem que um intermediário que estivesse presente às circunstâncias de emissão e de recepção viesse estabelecer uma conexão viva entre os atores da comunicação.” (Ibidem).

Esse exercício de atribuição de sentido às mensagens escritas, as quais persistem durante várias gerações de leitores, constitui-se em um extraordinário agenciamento produtivo e permite o surgimento de teorias e de teorias sobre as teorias, através de interpretações, comentários etc., que geraram a imensa quantidade de livros, revistas, jornais e outras publicações que temos hoje.

Da escrita para o processo de impressão de livros na China, e daí para a adaptação dos tipos móveis e da prensa para a cultura ocidental, possibilitadas por Johan Gutenberg, a distância temporal entre essas evoluções vai diminuindo cada vez mais. Simultaneamente, as formas de organização social da humanidade adaptam-se aos novos tempos através da aquisição e incorporação de novos hábitos, como a leitura de jornais, a educação formal para crianças e jovens, o surgimento de teorias e de mais teorias que as suplantam dia a dia, conforme acontecem as adaptações e acomodações às novas formas de organização social e conforme aumenta a distância entre os contextos de escrita e de leitura de determinados textos. A imprensa representa a primeira indústria de massa e o desenvolvimento tecnocientífico promovido por ela foi um dos motores da Revolução Industrial. Rádio, televisão, discos e filmes, constituintes da mídia audiovisual do século XX, participaram do surgimento da sociedade do espetáculo, que transformou as regras do jogo tanto na cidade como no mercado, através da publicidade.

A informática, por sua vez, traz o desenvolvimento do digital e da Internet. A imediatez estende seu campo de ação e de retroação e faz com que as interações ocorridas no ciberespaço sejam em tempo real. Isso elimina, por exemplo, o tempo gasto entre a leitura de um livro sobre determinado assunto, as respectivas anotações sobre ele e a produção de um novo livro, que, provavelmente teria que passar pela aceitação de um editor e permanecer em processo de composição e impressão na editora e na gráfica por um período de meses, mais o tempo gasto na distribuição desses livros para as livrarias e enfim para o leitor. Na rede informático-mediática, os atores trocam idéias e recebem opiniões de terceiros, contrárias ou favoráveis, discutem essas idéias e as atualizam de acordo com as necessidades e as circunstâncias do momento, tudo simultaneamente. Isso não significa que serão suprimidos os livros no formato tal qual o conhecemos hoje, pois sua utilização continua sendo extremamente importante para a cultura e a educação. Significa apenas que a pressão em direção à objetividade e à universalidade diminui, que as mensagens são cada vez menos produzidas de forma a durarem porque a memória social (em permanente transformação) encontra-se quase totalmente objetivada em dispositivos técnicos de simulação, de modelização operacional ou de previsão. Há um declínio da verdade e da crítica, preconizadas pela escrita, em favor da valorização da eficácia, da pertinência local, das mudanças e novidades (LÉVY, 1993).

É essencial lembrar que a oralidade primária, a escrita e a informática, às quais Lévy denomina pólos, não podem ser confundidas com eras pois não correspondem de forma simples a épocas determinadas. A cada instante e a cada lugar, os três pólos estão sempre presentes, mas com intensidade variável.

EVOLUÇÕES TECNOLÓGICAS E SOCIAIS

Para ajudar a entender melhor essas imbricações de um pólo no outro, o autor acena com um quadro no qual explica as grandes evoluções tecnológicas em diversos aspectos da civilização humana na Terra, tais como o controle das espécies vivas (estudadas, por exemplo, por ciências como a biologia, a medicina e a genética), da matéria (química, física) e das mensagens (comunicação,

administração, informática) e a regulação dos grupos humanos (sociologia, direito, filosofia, teologia, matemática, psicologia, etc.)¹³. Em cada um desses setores há técnicas que vêm regendo a caminhada humana e que permitem o desenvolvimento de novas técnicas também para os outros setores.

No controle das espécies vivas, Lévy classifica como técnicas arcaicas a seleção natural que a própria vida aplica a si mesma. Nela não há finalidade, a operação se dá em escala geológica e atua sobre populações, que desaparecem ou permanecem sobre a superfície terrestre, conforme adaptam-se ou não às modificações que ocorrem no planeta. Comparada à escala de uma existência humana, a ação da seleção natural é de uma lentidão infinita.

Já a seleção artificial – segunda tecnologia biológica – utiliza os mesmos procedimentos básicos da seleção natural, mas inova finalizando e acelerando a formação das espécies. Age na escala das populações, por meio de cruzamentos e escolha de reprodutores. É uma tecnologia molar porque, mesmo mais rápida que a seleção natural, precisa estender-se por várias gerações de plantas e animais, controlando as características dos seres vivos de maneira bastante indireta, quase estática.

A biologia molecular, por sua vez, desenvolve técnicas que permitem controlar a vida na escala da escrita fundamental que governa as formas e funções dos organismos (DNA). Começam-se a manipular os genes. Torna-se possível criar uma nova espécie em poucos dias.

“A criação de uma espécie ou de uma raça depende de uma temporalidade geológica (a seleção natural conta em termos de anos), em seguida histórica (a seleção artificial conta em termos de gerações) e atinge hoje o tempo real, o imediato (as biotecnologias contam em termos de meses humanos, em equipamentos e em dólares).” (LÉVY, 1998 – p. 49)

¹³ Os parênteses para as disciplinas têm o intuito de chamar atenção para o fato de que isoladamente nenhuma delas constitui conhecimento completo para a evolução humana. São as sínteses produzidas a partir da fusão dos conhecimentos gerados em cada uma delas que nos permitem alçar novos vãos, atingir novos patamares e aperfeiçoar nossos conhecimentos em busca de uma organização social mais harmoniosa.

Em relação ao controle da matéria, conforme já citado, as técnicas arcaicas são as tecnologias mecânicas, que "controlam a aplicação das forças humanas, animais ou naturais (ferramentas, armas, instrumentos, arados, velas, etc.), a transmissão dessas forças (rodas, polias, árvores, engrenagens) e a reunião simples de materiais (nós, tecidos, arquitetura primitiva, etc.)". As técnicas quentes (molares) produzem energia e transformam as qualidades internas dos materiais (cozinha, indústrias, etc.). As tecnologias frias (moleculares), em estágio inicial, permitirão que as técnicas ultrafinas da matéria realizem as operações clássicas das técnicas mecânicas aplicadas na escala dos átomos e moléculas, de modo que seus efeitos serão os das antigas tecnologias quentes, ou seja, a modificação das qualidades íntimas dos materiais com um dispêndio mínimo de energia.

No âmbito da informação, as técnicas do controle de mensagens podem ser classificadas em somáticas, midiáticas e digitais. As primeiras referem-se àquelas que exigem a presença efetiva, engajamento, energia e sensibilidade corporal para a produção de signos, variando em função do contexto em que estão inseridas. As tecnologias midiáticas são aquelas que fixam e reproduzem as mensagens a fim de assegurar-lhes maior alcance, melhor difusão no tempo e no espaço, em uma escala que os meios somáticos jamais poderiam atingir. Mas ao fazê-lo, descontextualizam essas mensagens, que perdem a capacidade original de adaptar-se às situações nas quais eram emitidas por seres vivos. A mídia constitui uma tecnologia molar que só age sobre as mensagens a partir de fora, por alto e em massa.

A tecnologia molecular aqui é constituída pelo digital, que, segundo Lévy, sempre pairou acima da mídia porque é a base do processo que originou a própria escrita, incidindo a montagem sobre os mais ínfimos fragmentos da mensagem, numa disponibilidade indefinida e incessantemente reaberta à combinação, à mixagem, ao reordenamento dos signos. A informática confere capacidade de reação de grande sutileza nas mensagens através de engendração, de modificações *bit por bit*, graças a um controle total de sua microestrutura. O tratamento molecular da informação abre um ciberespaço que "tende a reconstituir em escala mais ampla o plano, o continuum indivis, o caldo

vivo e flutuante que unia os signos entre si, antes que a mídia isolasse e fixasse as imagens” (Op. Cit. p. 54).

“No domínio do ser vivo, assim como no da matéria ou no da informação, tendemos a modos de ação finos, direcionados, precisos, rápidos, econômicos, qualitativos, discretos, calculados e aplicados “com a maior exatidão”, com alvo preciso, aderindo à evolução permanente dos objetivos e situações. Ora, propomos fazer triunfar uma evolução do mesmo estilo na condução dos assuntos humanos.” (Ibidem).

Da mesma forma como classificou as tecnologias em molares e moleculares nos três âmbitos anteriores, enfatizando o potencial do molecular, LÉVY (1998) propõe essa mesma classificação para os assuntos humanos baseado na organização que a sociedade humana desenvolve desde seus primórdios e que se inicia nos menores grupos, que o autor chama de grupos orgânicos. Famílias, clãs e tribos são exemplos de grupos orgânicos nos quais as pessoas sabem mais ou menos o que fazem juntas, cada um dos membros sabe o nome dos outros e pode interagir com todos sem necessidade de passar por especialistas da mediação ou da organização. Nesse coletivo, as pessoas obedecem a regras, seguem tradições e respeitam códigos instituídos pela própria comunidade constituída em corpo, mas são independentes de princípios organizadores fixados de fora para dentro. O autor acrescenta que “a maioria dos exemplos duráveis de democracia direta resulta de frutos orgânicos”.

À medida que o grupo aumenta em número de integrantes, conhecer a todos e a sua ação conjunta não é mais possível. Apela-se então às tecnologias políticas de transcendências: a reis, governos, líderes, chefes e representantes que unificam e polarizam o espaço do coletivo estabelecendo instituições e a burocracia. Nesse grupo molar, uma divisão estrita do trabalho e a ruptura entre a execução e concepção supostamente asseguram a melhor coordenação das atividades. As pessoas deixam de ser consideradas pelo que são em si em relação ao todo e passam a ser reconhecidas apenas por alto, em massa, como

números, a partir de sua pertença a categorias (castas, raças, ordens, graus, ofícios, disciplinas, organizações partidárias, classes sociais...):

“Mão-de-obra industrial, bucha de canhão, público da mídia, desempregados, pobres, excluídos, loucos, minorias (ou mesmo maiorias!) oprimidas... Do tratamento de massa ao dejetivo, ao refugio e ao fracasso há apenas um passo. A transcendência e a separação são igualmente tecnologias molares, quentes ou frias, pois, nos grupos que organizam, as mudanças se efetuam de maneira custosa, brutal e, muitas vezes, catastrófica: golpes de Estado, revoluções, motins. Durante esses períodos de transição violenta, sob o impacto da revolta, do entusiasmo, da identificação com um chefe carismático, o grupo se funde. Torna-se uma fonte de energia explorada pelos profissionais da mediação.” (Op. Cit. p. 56)

O ciberespaço em lugar das mídias tradicionais, segundo Lévy, é a infraestrutura técnica adequada para a organização de uma inteligência coletiva em tempo real e em grande escala. Esse coletivo molecular funcionaria da mesma forma que um cérebro, sem necessidade de um centro ou de um outro cérebro acima dele para dirigi-lo, sem transcendência:

“Assim como as mensagens do ciberespaço interagem e invocam-se de um extremo a outro de um plano desterritorializado, os membros dos coletivos moleculares se comunicam transversalmente, reciprocamente, fora de categorias, sem passar pela via hierárquica, dobrando e redobrando, cosendo e recosendo, complicando a seu bel-prazer o grande tecido metamórfico das cidades calmas.” (Ibidem)

As tecnologias da comunicação, que, assim como as demais, sempre estiveram imbricadas ao desenvolvimento humano, como vimos, mais uma vez vêm permitir novas formas de encaminhamento da sociedade. O que por enquanto nos parece uma utopia social, é perfeitamente possível de ser praticado no ciberespaço. E também, em âmbito menor, mas presencialmente, nas salas de

aula. Elas são o espaço ideal para a criação de uma democracia em tempo real que incentive o coletivo inteligente através do reconhecimento das qualidades individuais de cada aluno e também de cada professor, “favorecendo a conexão delicada das capacidades cognitivas, das fontes frágeis de iniciativa e imaginação, qualidade por qualidade, de modo a evitar todo desperdício da riqueza humana”, conforme propõe LÉVY (1998). Incentivando o desenvolvimento dessas aptidões, adequando nossa comunicação tendo em vista estabelecer bons relacionamentos, estaríamos também incentivando a autonomia dos estudantes e a formação de um coletivo inteligente capaz de apresentar questionamentos, sugestões e soluções. E mais, acredito que é no estabelecimento de relações sociais mais cordiais e cooperativas e no reconhecimento do outro como legítimo outro na convivência que brota a semente de um mundo melhor. Mas, para isso, é preciso antes que aprendamos a lidar com nossa chamada objetividade, ou verdade universal. E é isso que o próximo capítulo tenta explicar.

CAPÍTULO 5

RELAÇÕES HUMANAS E SOCIAIS

A informatização dos diversos setores da sociedade e a popularização da mídia eletrônica trazem consigo o fluxo crescente e incessante de informações. O oceano informacional transita por todos as áreas e faz dos indivíduos verdadeiros neuróticos em busca desesperada e exaustiva por obter mais e mais informações. Essa corrida exaspera os ânimos e provoca males usualmente chamados de “modernos”, no sentido de contemporaneidade, como o estresse e a depressão. É impossível manter-se informado sobre tudo, mas é imperativo estar informado ao máximo. A febre da informação torna as 24 horas diárias muito limitadas para o convívio em família, para o cultivo das amizades, para assuntos amenos e para a cooperação. A interação passa a acontecer cada vez mais em termos de relações humanas de trabalho, que, segundo Maturana (1998 – p. 71), diferenciam-se das relações sociais porque necessitam de normas, enquanto que as relações humanas entendidas como sociais dão-se na aceitação e no respeito mútuo:

“Os sistemas legais se constituem como mecanismos de coordenação de conduta entre pessoas que não constituem sistemas sociais. Dentro do sistema social opera-se numa congruência de conduta que se vive como espontânea, porque é o resultado de uma convivência na aceitação mútua. Se vocês olharem a história, vão compreender que os sistemas legais surgem quando as populações humanas se tornam tão grandes que deixam de ser sistemas sociais e se fragmentam em comunidades sociais menores mas independentes, ou dão origem, em seu interior, a comunidades não-sociais que abrem novos espaços de interações fundadas em outras dimensões diferentes do amor.”

No ato do estabelecimento de relações sociais, a valorização dos indivíduos baseada em seus rendimentos financeiros e em sua produtividade não pode ser considerada. No entanto, muitas pessoas guiam-se por essas diretrizes e não aceitam o outro como legítimo outro na convivência se este outro não pertencer aos padrões estabelecidos por sua cultura, seus ideais de pessoas “politicamente corretas”. Por conseqüência, no esforço pela aceitação das minorias entre as maiorias, os valores morais e até mesmo o valor da vida humana tornam-se escassos, fracos, possibilitam a desordem social e a proliferação de crimes, violências e ideologias contrárias ao desenvolvimento de uma convivência pacífica.

Conforme Maturana (1998 – p. 40), é preciso distinguir e entender os diferentes domínios das relações humanas, estabelecidos com base nas distintas emoções que geram diferentes domínios de ações. Como exemplo, o autor mostra que o explicar é sempre propor uma reformulação da experiência a ser explicada de forma aceitável para o observador. Assim, quando propomos uma explicação de um fenômeno e o outro nos diz: “você está equivocado”, o que quer realmente dizer é “eu não aceito esta reformulação da experiência como a reformulação da experiência que eu quero ouvir”. Portanto, uma proposição explicativa transforma-se em explicação apenas quando é aceita pelo interlocutor.

OS DOIS CAMINHOS DA OBJETIVIDADE

Existem dois caminhos para que essas explicações sejam formuladas e aceitas. O primeiro deles é o que Maturana (1998 – pp. 45 e 46) chama de caminho da objetividade-sem-parênteses, no qual, ao fazermos uma pergunta, aguardamos uma resposta que se refere a uma realidade independente de nós ou da pessoa que responde:

“Assim, quando o observador não se pergunta pela origem de suas habilidades cognitivas e as aceita como propriedades constitutivas suas, ele atua como se aquilo que ele distingue preexistisse à sua distinção, na suposição implícita de poder fazer referência a essa existência para validar seu existir.

Em outras palavras, no caminho explicativo da *objetividade-sem-parênteses* agimos como se o que dizemos fosse válido em função de sua referência a algo que é independente de nós. Assim, dizemos: "O que estou dizendo é válido porque é objetivo, não porque seja eu quem o diz; é a realidade, são os dados, são as medições, não eu, os responsáveis pela validade do que eu digo, e se digo que você está equivocado não sou eu quem determina que você está equivocado, mas a realidade." Em suma, operamos neste caminho explicativo aceitando que, em última análise, existe uma realidade transcendente que valida nosso conhecer e nosso explicar, e que a universalidade do conhecimento se funda em tal objetividade."

No outro caminho explicativo, que o biólogo denomina de *objetividade-entre-parênteses*, damos-nos conta que não podemos mais desprezar nossa condição de seres que, na experiência, não podem distinguir entre ilusão e percepção – visto que a ilusão ou erro só é percebida *a posteriori* – e que, quando escutamos uma proposição explicativa ou uma reformulação da experiência e a aceitamos como explicação, o que aceitamos não é uma referência a algo independente de nós, mas sim uma proposição que satisfaça a algum critério de coerência que nós mesmos propomos explícita ou implicitamente. "No caminho explicativo da *objetividade-entre-parênteses* não há verdade absoluta nem verdade relativa, mas muitas verdades diferentes em muitos domínios distintos" (*multiversos*). Esse é o caminho que adotamos frequentemente quando estamos com as pessoas que pertencem ao nosso domínio de aceitação mútua (amigos, família, colegas, etc). É também o caminho que Lévy propõe que adotemos para entrarmos definitivamente no que denomina "Espaço do Saber", sobre o qual nos deteremos pouco mais no capítulo seis.

Já no caminho da *objetividade-sem-parênteses*, segundo o autor, as relações humanas não ocorrem na aceitação mútua. "Cada vez que se adota a postura de ter acesso privilegiado a uma realidade independente, como ocorre constitutivamente no caminho explicativo da *objetividade-sem-parênteses*, o que não está com a pessoa está contra ela". Maturana ainda complementa que, no

máximo, nessas situações, admitimos temporariamente a presença do outro tolerando seu erro. Mas lembra que *a tolerância é uma negação postergada*.

Na sociedade atual, por exemplo, se na disputa pela vaga em um emprego, que vai gerar a renda de sua família, o cidadão é preterido e outro ganha a vaga, a emoção que se estabelece mais naturalmente pela rivalidade é a raiva. Mas, acostumados a uma cultura que supervaloriza a racionalidade, tendemos a negar essa emoção e a estabelecer com esse outro uma relação baseada na *objetividade-sem-parênteses*, negando-o sempre e em quaisquer circunstâncias.

Assim, as relações de trabalho são relações humanas mas não podem ser consideradas relações sociais, porque se fundam no compromisso de cumprir uma tarefa e o cumprimento dessa tarefa é tudo o que importa. Maturana (1998) exemplifica: quando o chefe chama a atenção do funcionário que chega atrasado ao trabalho durante três dias, o funcionário, que justifica o atraso em virtude da doença da esposa, fica injuriado porque sente-se negado em suas outras dimensões, mas sabe que o patrão tem razão frente ao acordo de realizar uma tarefa. As coisas pessoais são deixadas fora da empresa. Lá dentro, só o que importa é a tarefa a ser cumprida. É uma troca e, como tal, no fim da relação os dois agentes consideram-se quites, pois solucionam seus interesses conflitantes através do estabelecimento de um preço. No caso do exemplo, o preço estabelecido é o trabalho do funcionário em troca de um salário previamente estabelecido.

Quando se refere ao outro como legítimo outro, Maturana pretende fazer ver que são as diferenças desse outro em relação a nós mesmos que nos fazem estabelecer sentimentos de empatia ou antipatia em relação a essa pessoa e nos fazem crescer com ela. Emoções como a raiva, o ódio, a inveja e outras de índole “negativa” não permitem a aceitação do outro como legítimo outro. E o autor ainda lembra que, do ponto de vista biológico:

“Todo o sistema é conservador naquilo que lhe é constitutivo, ou se desintegra. Se dizemos que uma criança é de uma certa maneira boa, má, inteligente ou boba, estabilizamos nossa relação com ela de acordo com o que dizemos, e a criança, a menos que

se aceite e se respeite, não terá escapatória e cairá na armadilha da não aceitação e do não respeito por si mesma, porque seu devir depende de como ela surge – como criança boa, má, inteligente ou boba – na sua relação conosco. E se a criança não pode aceitar-se e respeitar-se não pode aceitar e respeitar o outro. Vai temer, invejar ou depreciar o outro, mas não o aceitará nem respeitará. E sem aceitação e respeito pelo outro como legítimo outro na convivência não há fenômeno social.” (MATURANA, 1998 – p. 30)

Essas reflexões são perfeitamente adequadas para a educação em todos os níveis. O autor define educação como “um processo contínuo que dura a vida toda, em que a criança ou o adulto convive com o outro e, nessa convivência se transforma espontaneamente, de maneira que seu modo de viver se faz progressivamente mais congruente com o do outro no espaço da convivência” (Op. Cit. - p. 29).

Ao relacionarmos o que vimos até aqui com o Ensino Superior, observamos que geralmente temos percorrido um caminho que leva justamente a acentuar o individualismo, a competição e a conseqüente negação do outro com o objetivo de preparar para o mercado da livre e (*sadia??*) competição.

Mais do que nunca, com o advento da cibercultura, é o momento de nós, professores, interagirmos com nossos alunos deixando que eles tornem-se legítimos outros na convivência e que acrescentem conhecimentos a nós e aos colegas através de suas próprias experiências. É hora de ampliarmos o diálogo, aprendermos a ouvir os alunos e avaliar com eles as decisões tomadas. Hora de despertar suas consciências para o fato de que o nosso mundo, nossa realidade, somos nós quem construímos e que cada um é responsável pelo que acontece no todo. Parecem chavões, frases feitas, mas é uma das formas de despertarmos a autonomia, a cidadania e a responsabilidade de um grupo de pessoas que terá a missão de difundir esses valores fora da universidade em todos os circuitos em que seus membros mantiverem relações.

Ao mesmo tempo, é preciso equilibrar a balança entre as relações sociais e não sociais: há de haver bom senso e fazer notar a hora de relacionar-se como iguais em um grupo que pretende evoluir e a hora em que é necessário estabelecer relações profissionais entre professor e aluno. Afinal, o aluno, no ato da matrícula, assina um contrato com o estabelecimento de ensino em que se compromete a pagar mensalmente determinado valor em troca de aulas que o leve a apreender diferentes níveis de realidade e, principalmente, a compreender mais sobre diversas facetas da profissão que escolheram. O professor, por sua vez, ao ser contratado, assume o compromisso de preparar conteúdos, encontrar formas adequadas para trabalhá-los com os universitários e prestar contas do que foi feito durante o tempo em que esteve envolvido com esses alunos. Apesar de sabermos que o sistema cognitivo humano não funciona dessa forma, trazemos impregnada a velha visão de que o professor está ali para ensinar e deve trazer consigo todos os conhecimentos, e o aluno para aprender e cobrar do professor as respostas para quaisquer questões. Torna-se, acima de tudo, uma atividade comercial, regida por relações humanas, mas não sociais, em que o principal objetivo é a realização de duas tarefas: ensinar e aprender. Mesmo que a segunda não esteja relacionada apenas à primeira, porque muitas vezes aprendemos mais com o que não nos é ensinado, mas apenas mostrado ou comentado, do que com aqueles conteúdos que alguém pretende realmente ensinar-nos no sentido mais educacional e formal da palavra.

CAPÍTULO 6

AUTONOMIA E COOPERAÇÃO NA SALA DE AULA

TRANSCENDER AS DISCIPLINAS E COMPARTILHAR CONHECIMENTOS

Para irmos além das relações de trabalho propostas nos contratos escritos é necessário encontrar uma nova maneira de abordar os conteúdos que precisam ser ministrados. A divisão dos conhecimentos em blocos/disciplinas fragmentadas e isoladas é incapaz de conduzir às interconexões e a uma visão global. Uma educação autêntica hoje deve ensinar a contextualizar, concretizar e globalizar.

Durante o século XX, ao se constatar a indispensável necessidade de pontes entre as diversas disciplinas surgiram a pluridisciplinaridade e a interdisciplinaridade. A primeira delas, também chamada de multidisciplinaridade diz respeito ao estudo de um tópico de pesquisa não apenas em uma disciplina, mas em várias ao mesmo tempo. Estuda-se, por exemplo, a filosofia marxista pelo enfoque da filosofia combinada à física, à economia, à psicanálise ou à literatura. A interdisciplinaridade vai além da multidisciplinaridade porque diz respeito à transferência de métodos de uma disciplina à outra. Segundo NICOLESCU (1997), podemos distinguir três graus de interdisciplinaridade:

“a) um grau de aplicação. Por exemplo, quando os métodos da física nuclear são transferidos para a medicina, resultam no aparecimento de novos tratamentos de câncer; **b) um grau epistemológico.** Por exemplo, transferindo os métodos da lógica formal para a área do direito geral, geram-se análises interessantes de epistemologia do direito; **c) um grau de geração de novas disciplinas.** Por exemplo, quando métodos da matemática foram transferidos para a física geraram a física matemática e, quando transferidos para os fenômenos meteorológicos ou para os processos do mercado de ações,

geraram a teoria do caos; transferindo métodos da física de partículas para a astrofísica, produziu-se a cosmologia quântica e, transferindo métodos computacionais para a arte, obteve-se a arte computacional.”

Assim como a pluridisciplinaridade, a interdisciplinaridade também ultrapassa as disciplinas, mas em ambas os limites continuam dentro do mesmo quadro de referência da pesquisa disciplinar. No entanto, existem conhecimentos, como a comunicação, por exemplo, que *transpassam* todas as disciplinas e vão além delas. São os conhecimentos transdisciplinares, que dizem respeito ao que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através e além delas:

“Na presença de vários níveis de Realidade, o espaço entre as disciplinas e além das disciplinas está cheio, assim como o vácuo quântico está cheio de possibilidades: da partícula quântica às galáxias, do quark aos elementos pesados, que condicionam o aparecimento da vida no universo. A estrutura descontínua dos níveis de Realidade determina a estrutura descontínua do espaço transdisciplinar, que por sua vez explica por que a pesquisa transdisciplinar é radicalmente distinta da pesquisa disciplinar, mesmo quando totalmente complementar. A pesquisa disciplinar diz respeito, na melhor das hipóteses, a um único e mesmo nível de Realidade; além do mais, na maioria dos casos, refere-se a apenas um fragmento de um nível de Realidade. Por outro lado, a transdisciplinaridade diz respeito à dinâmica engendrada pela ação de diferentes níveis de Realidade ao mesmo tempo. A descoberta dessas dinâmicas passa necessariamente pelo conhecimento disciplinar. Embora não se trate de uma nova disciplina ou de uma nova superdisciplina, a transdisciplinaridade é nutrida pela pesquisa disciplinar; ou seja, a pesquisa disciplinar é esclarecida de maneira nova e fecunda pelo conhecimento transdisciplinar.” (Op. Cit.)

A meta da transdisciplinaridade, que é a compreensão do mundo presente, não pode ser alcançada dentro do quadro de referência da pesquisa disciplinar. A

transdisciplinaridade é multidimensional. Leva em conta as concepções do tempo e da história sem excluir a existência de um horizonte trans-histórico. Está construída sobre três pilares - os níveis de Realidade, a lógica do Terceiro Incluído e a Complexidade – que determinam a metodologia da pesquisa transdisciplinar. Eles emergem da mais avançada ciência contemporânea, especialmente da física quântica, da cosmologia quântica e da biologia molecular. A transdisciplinaridade não procura o domínio sobre as várias outras disciplinas, mas a abertura de todas elas àquilo que as atravessa e ultrapassa.

A transdisciplinaridade é globalmente aberta. Os níveis de Realidade são inseparáveis dos níveis de percepção e estes últimos lançam as bases da verticalidade dos graus de transdisciplinaridade. A transdisciplinaridade está ligada tanto a uma nova visão como a uma experiência vivida. É um caminho de auto-transformação orientado para o conhecimento de si, para a unidade do conhecimento e para a criação de uma nova arte de viver.

Na mesma linha de pensamento de Lévy e de Maturana, a transdisciplinaridade é a forma encontrada para valorizar as qualidades humanas de cada um, suas experiências de vida, sua história, suas relações, enfim, reconhecer o outro como legítimo outro na convivência e aprender a utilizar mais a objetividade-entre-parênteses para podermos criar e solidificar a economia do humano.

Como um contrato moral, a carta¹⁴ adotada no Primeiro Congresso Mundial da Transdisciplinaridade, em 1994, estabelece em seus quinze artigos os princípios fundamentais da comunidade de espíritos transdisciplinares. Redigida por Basarab Nicolescu, Edgar Morin e Lima de Freitas, a carta tem sido referência nas discussões para as novas diretrizes que são estudadas pela comunidade internacional para definir os rumos das universidades. Em 1997, o Centro Internacional de Pesquisas e Estudos Transdisciplinares (CIRET), em colaboração com a Unesco, elaborou o projeto estratégico transversal "Evolução transdisciplinar da universidade", apresentado como documento de trabalho para

¹⁴ <http://www.cctrans.futuro.usp.br/cartadatransport.html>. (Vide anexos)

o congresso internacional “Que universidade para o amanhã? Em busca de uma evolução transdisciplinar da universidade”, realizado em Locarno, na Suíça, no mesmo ano. Nele, dois pressupostos ficam bastante explícitos: os diferentes tumultos que atravessam a área da educação em vários países são apenas sintomas da desarmonia entre os valores e as realidades da vida planetária em processo de mudança e “o surgimento de uma nova cultura transdisciplinar capaz de contribuir para eliminar as tensões que ameaçam a vida em nosso planeta será impossível sem um novo tipo de educação que leve em consideração todas as dimensões do ser humano”.

Ficou claro que as várias tensões - econômica, cultural, espiritual - são inevitavelmente perpetuadas e aprofundadas por um sistema de educação moldado por valores de outro século e por um desequilíbrio acelerado entre as estruturas sociais contemporâneas e as mudanças que ocorrem atualmente no mundo. Apesar de uma enorme diversidade de sistemas de educação de um país para outro, a globalização dos desafios de nossa era envolve a globalização dos problemas da educação. Provavelmente, posto que não existe uma receita milagrosa, há um centro comum de questionamento, que nos convém não ocultar se quisermos um mundo mais harmonioso.

A essas realidades da vida planetária LÉVY (1998) chama de espaços antropológicos: a Terra, o território, o espaço das mercadorias e o espaço do saber. Cada um deles representa nossa identidade no planeta. Nosso nome, por exemplo, representa a identificação com o cosmos, com Deus. Nosso endereço, a relação com o território. No que concerne à profissão e à nossa situação financeira, estabelecemo-nos no espaço das mercadorias (quanto você pode adquirir/gastar/comprar/influenciar financeiramente ou por meio do poder sobre decisões estratégicas?). Finalmente, surge o espaço do saber como o espaço de valorização das qualidades humanas, dos conhecimentos que são inerentes a cada pessoa e que fazem dela única e insubstituível.

É para este espaço do saber que parecem estar convergendo todos os caminhos da atualidade. A criatividade, o dinamismo e a tomada de decisões são qualidades cada vez mais buscadas. Ao mesmo tempo, as pessoas individualistas

vêm perdendo espaço para as equipes organizadas, que sabem trabalhar em conjunto e adaptar-se às mais diversas situações. A competição cede lugar à cooperação e isso precisa ser incentivado através da educação. Isso pode ser obtido através da transdisciplinaridade.

Na busca por essa transdisciplinaridade, o relatório da Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o Vigésimo Primeiro Século enfatiza fortemente quatro pilares para um novo tipo de educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver em conjunto e aprender a ser. O relatório¹⁵ assim os define:

1. **Aprender a conhecer:** treinar os métodos que ajudam a distinguir o real do ilusório e a ter acesso inteligente ao conhecimento de nossos tempos. O espírito científico é indispensável. E não é a assimilação de uma enorme massa de conhecimento científico que dá acesso ao espírito científico, mas a qualidade do que é ensinado. Qualidade aqui significa guiar o aluno até o verdadeiro coração da abordagem científica que é o permanente questionamento com relação ao que resiste aos fatos, às imagens, às representações e às formalizações – (virtualizar).

Aprender a conhecer significa ser capaz de estabelecer as pontes entre as diferentes disciplinas - e entre os diferentes saberes e suas significações na vida cotidiana, entre eles e nossas habilidades interiores. Essa abordagem transdisciplinar significa a emergência de seres continuamente conectados, capazes de se adaptar às exigências cambiantes da vida profissional e dotados de uma flexibilidade permanente, sempre orientada na direção da atualização de suas potencialidades interiores.

2. **Aprender a fazer** significa adquirir uma profissão, conhecimentos e práticas associados a ela, passando necessariamente por uma fase de especialização. Contudo, num mundo tumultuado, no qual as mudanças induzidas pela revolução informática são apenas um sinal das outras mudanças por vir, toda a vida que estiver congelada em uma mesma e

¹⁵ PROJETO CIRET - UNESCO – Evolução transdisciplinar da Universidade, 1997.

única ocupação pode ser perigosa, porque corre o risco de ser levada ao desemprego, à exclusão e à debilidade alienante. Se quisermos verdadeiramente conciliar a exigência da competição e a preocupação com oportunidades iguais para todos os seres humanos, no futuro cada profissão deveria ser uma profissão a ser tecida, uma profissão que ataria, no interior dos seres humanos, fios, unindo-os às outras ocupações. Não se trata simplesmente de adquirir várias competências ao mesmo tempo, mas de criar um núcleo interior flexível, potencializador para um rápido acesso à outra ocupação no caso de vir a ser necessário ou desejável.

Em última análise, "aprender a fazer" é um aprendizado em criatividade. "Fazer" também significa descobrir novidades, trazer à luz potencialidades criativas. E criar as condições para o surgimento de pessoas autênticas envolve assegurar as condições para a realização máxima de suas potencialidades criativas. A hierarquia social, tão freqüentemente arbitrária e artificial, pode ser substituída pela cooperação de níveis estruturais a serviço da criatividade pessoal. Em vez de níveis impostos pela competição, que jamais leva em consideração o ser interior, a abordagem transdisciplinar está baseada no equilíbrio entre a pessoa exterior e a pessoa interior. Sem esse equilíbrio, "fazer" não significa nada mais do que "se submeter".

3. **Viver em conjunto** não é apenas tolerar dos outros as diferenças de opinião, de cor de pele e de crenças; submeter-se às exigências do poder; negociar o certo e o errado dos inúmeros conflitos, separando, definitivamente, a vida interior da vida exterior. A atitude transcultural, transreligiosa, transpolítica e transnacional pode ser aprendida, uma vez que em cada ser há um âmago sagrado, intangível e inato. Contudo, essa atitude inata é apenas potencial e pode permanecer não atualizada para sempre, ausente em vida e em atos. Para que as normas da coletividade sejam respeitadas, precisam ser validadas pela experiência interior de cada ser.

4. **Aprender a ser** - Podemos começar aprendendo o que a palavra "existir" significa: descobrir nossos condicionamentos, descobrir a harmonia e a desarmonia entre nossa vida individual e social, testar as fundamentações de nossas convicções a fim de descobrirmos o que se encontra embaixo. Questionar, questionar sempre: aqui também, o espírito científico serve-nos como um guia precioso. É também um permanente aprendizado no qual professores informam alunos tanto quanto alunos informam professores. A formação de uma pessoa passa inevitavelmente por uma dimensão transpessoal. Na visão transdisciplinar, há uma transrelação que conecta os quatro pilares do novo sistema de educação e tem sua fonte na nossa própria constituição, enquanto seres humanos. Uma educação viável só pode ser uma educação integral do ser humano. Uma educação que é dirigida para a totalidade aberta do ser humano e não apenas para um de seus componentes.

Segundo o relatório, a Universidade é o lugar privilegiado para uma educação dirigida às exigências de nossos tempos. Instilar o pensamento complexo e transdisciplinar nas estruturas e nos programas da Universidade permitirá sua evolução em direção a sua missão até certo ponto esquecida atualmente - o estudo do universal.

Não é apenas a ausência de sentido que ameaça a universidade, mas também a recusa de compartilhar conhecimento. A informação que circula no espaço cibernético gera uma riqueza sem precedente histórico. Um dos objetivos da transdisciplinaridade é pesquisar os passos necessários para adaptar a universidade à era cibernética.

O compartilhar universal do conhecimento não pode ocorrer sem o surgimento de uma nova tolerância fundada na atitude transdisciplinar, a qual implica colocar em prática a visão transcultural, transreligiosa, transpolítica e transnacional; visto a relação direta e indiscutível entre paz e transdisciplinaridade. Para facilitar a atitude transdisciplinar nas universidades o documento do CIRET apresenta algumas propostas:

1- CRIAÇÃO DE INSTITUTOS DE PESQUISA DO SENTIDO

Conforme o documento, o problema-chave mais complexo da evolução transdisciplinar na universidade é a formação de professores. As universidades poderiam contribuir efetivamente na criação e na operação de *bona fide* "Institutos de Pesquisa do Sentido", que, por sua vez, teriam efeitos inevitavelmente benéficos na sobrevivência, na vida e na influência positiva das universidades.

2- TEMPO PARA TRANSDISCIPLINARIDADE

É recomendado às autoridades universitárias (reitores, chefes de departamento etc.) devotarem 10% do tempo de ensino de cada disciplina à transdisciplinaridade.

3- CRIAÇÃO DE ATELIÊS DE PESQUISA TRANSDISCIPLINAR

As universidades devem criar ateliês de pesquisa transdisciplinar (livres de qualquer controle ideológico, político ou religioso) que congreguem pesquisadores de todas as disciplinas. Essa é uma forma gradual de se introduzirem pesquisadores e criadores externos à universidade, incluindo músicos, poetas e artistas de alto calibre, em projetos universitários específicos, a fim de se estabelecer um diálogo acadêmico entre várias abordagens culturais. A co-direção de cada ateliê será assegurada por um professor das ciências exatas e um professor das ciências humanas ou artes, cada um deles sendo eleito por um processo aberto de co-opção.

4- CRIAÇÃO DE CENTROS DE ORIENTAÇÃO TRANSDISCIPLINAR

Centros de orientação transdisciplinar serão destinados a fomentar vocações e a permitir a descoberta das possibilidades escondidas em cada pessoa. Atualmente, a igualdade das oportunidades do aluno choca-se fortemente com as desigualdades de suas possibilidades.

5- TRANSDISCIPLINARIDADE E O ESPAÇO CIBERNÉTICO: ATELIÊS-PILOTO

É recomendado encorajar e desenvolver todos os meios técnicos disponíveis tendo em vista dar à educação transdisciplinar emergente a requerida dimensão universal e, mais globalmente, promover o domínio público da informação (a memória virtual do mundo, a informação produzida pelas organizações governamentais, tanto quanto as informações ligadas às regulamentações de copyleft - Licença Geral Pública).

Nesse sentido, é altamente recomendável que se desenvolvam experiências-piloto, fundadas na criação de redes, como a Internet, e "inventar" a educação do futuro, assegurando uma atividade em nível planetário em continuado *feedback*.

6- CRIAÇÃO DE UMA CADEIRA ITINERANTE DA UNESCO E DE TESES TRANSDISCIPLINARES DE DOUTORAMENTO

Neste tópico, recomenda-se que a Unesco crie uma cadeira itinerante, se possível em colaboração com a University of United Nations (Tóquio), que organizará conferências que envolvam a comunidade inteira, habilitando-a a se informar sobre as idéias e os métodos transdisciplinares. Essa cadeira pode ser apoiada pela criação de um *site* na Internet que prepararia a comunidade internacional e universitária para a descoberta prática e teórica da transdisciplinaridade. A meta é colocar tudo em seu lugar a fim de que a semente do pensamento complexo e da transdisciplinaridade possa penetrar as estruturas e os programas das universidades do amanhã. Devem ser permitidas as teses de doutoramento em assuntos com uma clara orientação transdisciplinar. Esses doutorados transdisciplinares poderiam ter a chancela da respectiva universidade e da Unesco.

7- DESENVOLVIMENTO DA RESPONSABILIDADE

Recomenda-se às universidades fazerem um apelo a favor da estrutura de uma abordagem transdisciplinar, notadamente no que tange à Filosofia da Natureza, à Filosofia da História, e à Epistemologia, com o objetivo de desenvolver a criatividade e o sentido da responsabilidade dos líderes do futuro. Introduzir cursos, em todos os níveis, a fim de sensibilizar os alunos e despertá-los para a harmonia entre os seres e as coisas. Esses cursos devem estar

fundados tanto na história da ciência e da tecnologia quanto nos grandes temas multidisciplinares de hoje (especialmente na cosmologia e biologia geral) para acostumar o aluno a pensar com clareza nas coisas e em seus contextos, com olhos no desenvolvimento industrial e na inovação tecnológica e a fim de assegurar que suas aplicações não contradigam uma ética da responsabilidade perante outros seres humanos e o meio ambiente.

8- FÓRUNS TRANSDISCIPLINARES

Para conciliar duas culturas artificialmente antagônicas - a cultura científica e as culturas literária e artística - e para fazer as mentalidades evoluírem, recomenda-se que as universidades organizem fóruns transdisciplinares.

9- INOVAÇÃO PEDAGÓGICA E TRANSDISCIPLINARIDADE

É essencial acompanhar o resultado das experiências, dando testemunho das inovações estritamente pedagógicas ligadas à abordagem do ensino transdisciplinar. As universidades devem encorajar e estimular publicações que registram e analisam os maiores exemplos da experiência inovadora.

10 - ATELIÊS REGIONAIS E FÓRUNS TRANSCULTURAIS NA INTERNET

Será necessário que as universidades organizem ateliês regionais de pesquisa transdisciplinar que incluam a aplicação da visão transcultural, transreligiosa, transpolítica e transnacional. A abordagem transdisciplinar é também uma ciência e uma arte de dialogar.

Apesar de estarem mais voltadas às macro-estruturas universitárias e distantes da realidade vivida pela maioria das universidades brasileiras, as propostas permitem visualizar caminhos por onde os dirigentes acadêmicos, professores e alunos poderão trilhar em busca dos novos rumos da universidade. É certo que nossa realidade continua muito distante do que seria adequado a essas novas atitudes, mas não podemos nos esquivar das ações que nos são inerentes nesse momento de mudanças. As atitudes dos professores, perante essas novidades, mesmo que individuais, são fundamentais para consolidar a transdisciplinaridade. Elas podem ser demonstradas em cada ação, em cada diálogo estabelecido com os alunos e com os colegas de trabalho, a todo

momento em que acolhemos nosso interlocutor como uma pessoa digna de nossa atenção, que está ali para, através de uma convivência pacífica, compartilhar conhecimentos, utilizando-os de forma a propiciar melhorias para a harmonia e a qualidade de vida da sociedade humana.

No âmbito de nossa atuação existem meios que nos parecem mais adequados para construir o espaço do saber. Os projetos de trabalho, por exemplo, constituem-se em excelentes formas de desenvolver as habilidades pessoais e coletivas de um grupo. Através deles, discentes e docentes adquirem e aperfeiçoam habilidades em situações práticas, e delas nascem as teorias. Esta é nossa proposta de trabalho. É sobre ela que discorreremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 7

UMA PROPOSTA PARA OS CURSOS DE COMUNICAÇÃO

O ciberespaço é o meio de comunicação que permite uma reconfiguração de nosso modelo social. Além de constituir-se no espaço privilegiado para a interação do coletivo inteligente, aliado à comunicação como construtora de mundos e como reconhecimento dos *multiversos*, ele permite o estabelecimento de relações sociais mais alicerçadas na cooperação, na livre expressão, na escuta, na avaliação constante e na valorização das qualidades ínfimas de cada ser humano. No entanto, para que seu potencial seja realmente bem explorado, ainda é necessária uma atenção especial à educação formal das pessoas que o integram.

Sendo um espaço em que a informação circula livremente, o ciberespaço também é, inegavelmente, um campo de atuação muito frutífero para os jornalistas, que podem atuar como incentivadores desse coletivo inteligente. Para isso, eles precisam estar muito conscientes de sua importância nesse processo. Precisam estar cientes do papel da comunicação não apenas no ciberespaço, mas ainda mais em nosso espaço real, onde os relacionamentos envolvem contatos físicos e portanto, com mais chances de acontecerem desentendimentos. Precisam saber que as notícias que divulgam contribuem muito para transformar essa realidade, seja para o entendimento ou para o aumento dos conflitos. E essa conscientização faz parte das tarefas dos cursos de Comunicação Social.

A comunicação, por seu caráter múltiplo, é transdisciplinar. O jornalismo, mais especificamente, por lidar diariamente com diversos temas, é transdisciplinar. Um jornalista precisa conhecer muitos assuntos ao mesmo tempo e saber relacioná-los, sintetizá-los, para ser capaz de oferecer ao seu público alvo o relato de fatos realmente interessantes. Por isso, o caráter disciplinar da grade curricular dos cursos geralmente mostra-se insuficiente ou inadequado para garantir uma formação que contemple os aspectos mais abrangentes da

organização social, que devem, a todo momento, ser analisados pelos profissionais da Comunicação Social. A importância do tema é inegável para todas as habilitações da Comunicação Social. Porém, pelas especificidades do Jornalismo e por atuar diretamente com ele, tanto enquanto professora universitária quanto como jornalista, detenho-me mais em sua abordagem para servir como exemplo.

A partir da instituição do Provão pelo Ministério da Educação em 1999, os Cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo tiveram suas diretrizes curriculares¹⁶ reformuladas e passaram a ser avaliadas anualmente por uma comissão de doutores especialistas em Jornalismo, e não mais em Comunicação, como ocorria anteriormente.

Isso modifica bastante as coisas. Em vez de fixar para a grade 50% das disciplinas do tronco comum e 50% do tronco específico, a comissão tornou o currículo mais flexível. Hoje, é necessário apenas que os cursos contemplem os objetivos e perfil propostos e que, da perspectiva do conteúdo, o currículo se apóie em quatro eixos básicos:

Conhecimento interdisciplinar: as aulas de reportagem e texto, ética e legislação, conhecimentos teóricos da comunicação, conhecimentos sócio-filosóficos e de língua portuguesa (lingüística) devem compor uma unidade integrada de ensino. O objetivo é partir de problemas detectados na captação e produção jornalística para aprofundar-se nas discussões teóricas. Além de se ministrar conteúdos dessas disciplinas em módulos isolados, as diretrizes recomendam a implantação de módulos interdisciplinares a partir de oficinas. Exemplificando: ao se elaborar um jornal-laboratório surgirão questões éticas, de postura profissional ou até mesmo de concepção teórico jornalística, que deverão ser aprofundadas no próprio momento, exigindo-se a participação dos professores das diferentes disciplinas. A sugestão é que essa unidade integrada de ensino, aborde os seguintes temas: apuração das informações em diferentes áreas do conhecimento e atuação humana; desenvolvimento na formulação de questões e

¹⁶ Diretrizes curriculares para o Curso de Comunicação Social – Jornalismo – <http://www.inep.gov.br/enc/diretrizes/Jornalismo.htm> (Vide anexos)

condução de entrevistas; domínio do idioma, abrangendo-se a leitura, compreensão, interpretação e redação; contextualização dos fatos; formulação teórica dos diferentes processos de produção jornalística; aplicação dos conhecimentos de diferentes disciplinas no exercício da função de jornalista; identificação e equacionamento de problemas éticos do jornalismo.

Processos do jornalismo: é importante aproximar a universidade do mercado de trabalho, estabelecendo convênios, que não firam a proibição do estágio, mas que vislumbrem uma realidade fruto dessa legislação reformulada; implantar um sistema de laboratórios que proporcione a prática dos processos jornalísticos – é primordial a periodicidade nos produtos elaborados nesses laboratórios, semelhante à do dia-a-dia do mercado. A comissão frisa nesta diretriz que a universidade não deve voltar sua atuação exclusivamente para a formação de mão-de-obra ao mercado. É necessário que reflita sobre as tendências desse mercado propondo alternativas de alteração dos diversos produtos midiáticos. Os projetos sugeridos para serem desenvolvidos nesses laboratórios são: jornalismo impresso - jornais e revistas; radiojornalismo; telejornalismo; jornalismo **online**; jornalismo institucional; assessoria de comunicação.

Análise crítica da imprensa e do contexto social: O objetivo é se fazer o acompanhamento dos veículos de comunicação por intermédio de resumos comparados e estudo crítico da cobertura da mídia a fatos julgados relevantes ou oportunos.

Conhecimentos comunicacionais e de jornalismo: Além do ensino regular, a comissão sugere a realização de seminários periódicos, mobilizando elementos dos meios acadêmico e profissional para o aprofundamento nos temas agendados na área de Comunicação/Jornalismo.

Um grande passo foi dado em direção a uma formação mais ampla, mas ainda assim a estrutura disciplinar é insuficiente para a abordagem adequada de muitos assuntos. A comissão mostra-se sintonizada quando aponta para a interdisciplinaridade como eixo básico. Sem dúvida isso auxilia muito no desenvolvimento das diversas disciplinas. Preocupou-se com os pilares

“Aprender a conhecer” e “Aprender a fazer” da transdisciplinaridade. Porém, apenas com as disciplinas, conforme visto no capítulo anterior, não se ultrapassam as barreiras do conhecimento e dificilmente se alcançam os diferentes níveis de realidade. Os processos do Jornalismo, a análise crítica de conteúdos e o aprofundamento de questões comunicacionais e do Jornalismo são estratégias que os cursos precisam buscar em momentos além das disciplinas, muitas vezes em horários diferentes daqueles previstos para as aulas.

O que na teoria parece simples de fazer, na prática torna-se bem complicado se não houver comprometimento e cooperação de todo o grupo: docentes e discentes. Esse comprometimento é difícil de alcançar quando o grupo não está motivado para tanto. Na realidade do cotidiano universitário brasileiro são infinitos os empecilhos. A maioria dos estudantes além de estudar, também trabalha. Os professores por sua vez, geralmente estão sobrecarregados para garantir um salário digno no fim do mês e não encontram tempo para se envolver mais com os diferentes aspectos do curso. Os dirigentes das instituições privadas na maioria das vezes são administradores de empresa e agem sempre visando dividendos para a instituição e evitando custos de qualquer forma. Nas universidades públicas por sua vez, a luta por recursos financeiros é maior ainda. Enfim, o dia-a-dia numa universidade brasileira é uma grande barreira para a maioria dos sonhos. Mas, além da busca pela transdisciplinaridade através das atitudes de cada professor, conforme defendemos durante todo o trabalho, como atitudes que independem da estrutura dos cursos, existe ainda uma outra maneira, que vem sendo colocada em prática em alguns cursos universitários e que talvez funcione bem em cursos de Jornalismo.

Aliar teoria à prática e à análise de diversos aspectos sociais e culturais pode ser conseguido através de projetos de trabalho, em que a vivência das situações leve a questionamentos maiores sobre elas. Os projetos consistem da escolha de um tema ou, no caso do Jornalismo, podem consistir de uma tarefa (publicar um jornal ou revista, editar um telejornal, um radiojornal, planejar um jornal **online** etc), em que se desenvolvem as diversas fases de uma produção jornalística acompanhando suas etapas, estabelecendo seus objetivos, seu público, sua abordagem, suas diversas etapas de produção, seus empecilhos,

aspectos positivos e negativos da experiência, enfim, colocando em prática os conhecimentos teóricos e vivenciando a união de diversas disciplinas para a obtenção de um fim. Isso faz com que alunos e professores envolvam-se como uma grande equipe de aprendentes. Além disso, pode envolver a maioria dos professores do curso.

Os projetos de trabalho, apesar de parecerem simples, demandam uma mudança de atitudes de professores e alunos (HERNÁNDEZ & VENTURA, 1998). O professor deixa de ser uma figura centralizadora para tornar-se um intérprete, um estudante junto com a turma. Os alunos deixam de ser meros executores para tornarem-se co-partícipes. A aprendizagem passa a ser significativa, visto que qualquer decisão é baseada em argumentações e essas precisam ser globalizantes, relacionais. Conforme defendemos neste trabalho, abandona-se a análise das partes para trabalhar-se a síntese do processo global através, não da recompilação de fontes diversas, mas da relação entre as fontes. Da mesma forma, deixa-se de avaliar o aluno pelo conteúdo, levando-se em conta as relações que ele é capaz de estabelecer e os procedimentos que utiliza.

A melhor forma contudo, seria ainda, através de uma alteração curricular, estabelecer os projetos de trabalho em níveis mais abrangentes, nos quais todos os conteúdos que antes eram as disciplinas semestrais fossem organizados de forma a serem trabalhados em um grande projeto, durante todo o semestre. Nessa situação, em todos os semestres as turmas seriam divididas em equipes menores que, sob a coordenação de professores, escolheriam um projeto e a partir de sua elaboração estudariam todos os aspectos relacionados a ele. Nestes projetos, alunos e professores estariam colocando em prática também o terceiro pilar da transdisciplinaridade, “Viver em conjunto”, já que precisariam aprender as atitudes transculturais, transreligiosas, transpolítica e transnacional para alcançar os melhores resultados com seus projetos. Estariam num momento propício para reconhecer, aceitar e aprender com as diferenças, discutir idéias, negociar os procedimentos mais adequados para cada situação, observando e respeitando as subjetividades de acordo com o momento. Ao observar e respeitar o outro, cada indivíduo do grupo estará também observando a si mesmo, à medida em que compara suas idéias às demais e coloca-se frente a frente com suas próprias

convicções. Para ser reconhecido e respeitado pelos demais, ele tem que se expor, argumentar, descobrir as razões de seus posicionamentos, questioná-las e testá-las. Eis o quarto pilar, “Aprender a ser”.

Não cabe aqui elaborar essa proposta estreitamente. Uma das premissas do transdisciplinar é justamente a flexibilidade para adaptar-se às metamorfoses constantes. O que apresentarei é apenas uma sugestão baseada no currículo do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da Universidade do Oeste de Santa Catarina, campus de Chapecó, em vigor desde 1998. Chamo atenção para o fato de que este curso ainda não experimentou a proposta por ser um curso recente (sua primeira turma cursa atualmente o sexto período) que não passou ainda pelo processo de reconhecimento da Secretaria Estadual de Educação, visto que a universidade é ligada ao sistema estadual de ensino. Com base no atual currículo do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Unoesc, a proposta poderia ser esboçada assim:

No primeiro semestre, por exemplo, alunos e professores poderiam ter como projeto de trabalho uma pesquisa sobre a história da comunicação regional, abordando desde o surgimento da linguagem até os veículos de comunicação existentes na região naquele momento, suas características, seu funcionamento, seus problemas. Nesse desenvolvimento, teriam que vivenciar conhecimentos antes abordados em disciplinas como: história da comunicação, realidade regional em comunicação, realidade sócio-econômica e política brasileira, metodologia de pesquisa, informática aplicada à comunicação, introdução ao jornalismo e língua portuguesa. Uma das vantagens dos projetos de trabalho é justamente o fato de que o professor torna-se também aluno, na medida em que precisa aprofundar-se em aspectos que dizem respeito não apenas a uma disciplina, mas a várias. Nesse caso, os cerca de 50 alunos matriculados seriam divididos em 5 ou 6 equipes, cada uma coordenada por um professor ou professora. Cada equipe desenvolverá seu projeto à parte, mas com muitos momentos comuns que podem ser partilhados quando os interesses forem os mesmos. Ao convidar os representantes dos veículos para falar, por exemplo, não há porque fazê-lo cinco vezes. Em uma semana com as turmas reunidas é possível trabalhar muito bem o assunto.

O segundo semestre poderia desenvolver um jornal informativo de âmbito universitário, envolvendo notícias do campus e voltado ao público acadêmico. É hora de abordar conteúdos mais específicos como o que é notícia, quais os critérios para escolhê-las, como escrevê-las, como coletá-las, como realizar entrevistas, como editar o jornal etc. Nessas práticas, surgem conteúdos das disciplinas de técnica de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística, redação de notícias informativas, fotojornalismo, edição impressa, informática aplicada, língua portuguesa, teoria da comunicação e do jornalismo, comunicação comparada e comunitária, psicologia, sociologia, filosofia e planejamento gráfico.

Um jornal mais abrangente que envolva uma comunidade distinta da acadêmica pode ser o projeto do terceiro semestre. Nele, um número maior de páginas daria espaço para que as notícias se misturassem também a reportagens mais elaboradas. É hora de o público externo conhecer o trabalho do curso. Por isso, quem quer transmitir uma boa imagem precisa ter cuidado em todos os aspectos, refletir sobre cada passo, afinal, esta é mais uma experiência que contará pontos para o currículo pessoal de cada um. Também através dela, começam a esboçar-se as aptidões de cada aluno. Conhecimentos envolvidos: aprofundamento de todas aquelas disciplinas citadas para o semestre anterior, mais redação interpretativa e opinativa e pesquisa de opinião pública.

O quarto semestre poderia ser voltado ao desenvolvimento de telejornais, com ênfase ao aprendizado do telejornalismo e de sua linguagem específica, mas aprofundando os conhecimentos em pesquisa de opinião pública, comunicação comparada, comunicação comunitária, sistemas internacionais de comunicação, edição, entre outros já trabalhados anteriormente.

O radiojornalismo poderia ser enfatizado no quinto semestre. Mais uma vez, envolveriam-se os conhecimentos já vistos.

No sexto período, os alunos estariam optando entre o aprofundamento em produtos para rádio (radionovelas, grandes coberturas, reportagens ao vivo...) ou televisão (documentários, programas de debates etc.)

No sétimo período, cada equipe ficaria responsável pela assessoria de comunicação de uma empresa ou instituição da região, cuidando e projetando sua imagem junto à comunidade regional.

No oitavo período, alunos e professores poderiam estar envolvidos na elaboração de uma revista impressa, além de criar e manter atualização constante de um produto **online**, que envolvem linguagem distintas das já abordadas.

O nono período, por sua vez, é destinado ao aprofundamento individual de cada aluno naquilo que mais lhe convier. Este é o tempo específico para a realização do projeto final de cada aluno que lhe permitirá a obtenção do diploma.

A intenção nesse momento não é quebrarmos de vez o paradigma ainda vigente visando a proposição de formas verdadeiramente transdisciplinares em que as disciplinas seriam realmente abolidas do currículo. Numa proposta nesse sentido, o Curso passaria a trabalhar em um grande e único projeto integrando os alunos que entram a qualquer etapa do processo infinito e realizando uma avaliação daqueles que são considerados aptos a realizar suas atividades sozinhos. Funcionaria mais ou menos como uma empresa em que se ingressa com o intuito de produzir, mas também há à disposição pessoas especialmente voltadas a ensinar as formas de fazer essa produção render mais. Nesse modelo não haveria linearidade, pré-requisitos ou alunos mais adiantados em seus estudos. Haveria sim os que demorariam mais tempo ou menos tempo que os demais para prepararem-se adequadamente. Essa superação sem dúvida seria interessante. Mas diante da conjuntura atual e do modelo educacional em nosso país, ela significa ainda uma ruptura muito grande com o modelo hierárquico atual e necessitaria uma reforma muito ampla na estrutura organizacional universitária, inclusive em relação às formas de ingresso dos alunos na universidade. Por essa razão, o que pretendemos com nossa proposta, por enquanto, de forma mais condizente com nossa realidade atual, é darmos um passo em direção ao espaço do saber, e não um salto em direção ao desconhecido sem que haja uma preparação para fazê-lo. Apesar da velocidade real, para a educação, entrar

caminhando no “mar” de um novo paradigma é sempre menos arriscado do que “mergulhar” em “águas” desconhecidas.

CAPÍTULO 8

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho o que realizou-se foi uma síntese bibliográfica do esforço de diversos autores em busca de sugestões úteis para uma melhor adequação do processo educacional ao momento tumultuado que a humanidade vive neste final de milênio, quando as tecnologias, a globalização e a competição acirradas estão mudando paradigmas, causando incertezas e questionamentos. Não há pretensões de que os temas abordados sejam a solução para todos os problemas, mas talvez essa síntese possa ser significativa para os que se preocupam com os caminhos da educação. Acredito também que a partir da mudança de atitudes não apenas em sala de aula, mas em todos os papéis sociais que assumimos, podemos estar colaborando, cada um no que lhe é possível, para a construção de um mundo diferente para nossos descendentes. E o ciberespaço representa uma grande possibilidade de ampliação para esses contatos à medida em que permite a comunicação com as mais diversas partes do mundo e entre os diferentes povos, que podem estar trocando idéias permanentemente em busca de soluções mais adequadas para cada conflito, para cada situação.

Levando-se em conta a entrada na Era de Aquário, também chamada de Era da Comunicação, é preciso superar a atual Sociedade da Informação para entrar na verdadeira Era do Conhecimento, em que essas informações sejam úteis para validar e valorizar os conhecimentos específicos de cada pessoa para a construção do mundo. No caso específico do Ensino Superior da Comunicação Social, como colaboradores na formação de pessoas que em breve terão acesso a milhares de outras, talvez caiba a nós, professores, mais do que a outras pessoas, iniciarmos esse processo de mudanças.

No que diz respeito a uma abordagem para a educação, acredito que os projetos de trabalho permitem o desenvolvimento de muitas das mudanças que se fazem necessárias na educação superior nesse momento, desde que sejam bem

compreendidos e trabalhados por professores e alunos. Eles vêm ao encontro da transdisciplinaridade e são a maneira de construir na prática o que Lévy denomina Espaço do Saber. Porém, é preciso encontrar maneiras de ir além deles para o desenvolvimento pleno de um coletivo inteligente e cooperativo e para que se estabeleçam relações que reconheçam o valor intrínseco de cada pessoa não apenas nos ambientes educacional e de trabalho. Estas novas abordagens do tema ficam para um próximo trabalho, na esperança de que possamos reverter completamente o quadro quase caótico que as mídias tradicionais transmitem e ajudam a criar todos os dias.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAPRA, F. **A teia da vida. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** São Paulo: Cultrix, 1996.
- CEBRIÁN, Juan Luis. **A rede – como nossas vidas serão transformadas pelos novos meios de comunicação.** São Paulo: Summus Editorial, 1999 – Coleção novas buscas de Comunicação, vol. 59.
- PANGARO, Paul. **Cybernetics: a definition.** (URL) [Online]. Available from World Wide Web: <URL:<http://www.pangaro.com/published/cyber-macmillan.html>> [07 Fev. de 2000].
- DINES, Alberto et alli. **Diretrizes curriculares para o Curso de Comunicação Social – Jornalismo.** (URL) [Online]. Available from World Wide Web: <URL:<http://www.inep.gov.br/enc/diretrizes/Jornalismo.htm>> [05 mai. 2000].
- GIOVANNINI, Giovanni. **Evolução na comunicação: do sílex ao silício.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- HERNÁNDEZ, Fernando & VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho.** 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço.** São Paulo: Loyola, 1998.
- _____. Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática.** São Paulo: Editora 34, 1993.
- _____. Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.
- _____. Pierre. **O que é o virtual?.** São Paulo: Editora 34, 1996.
- LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft.** 10. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- MATTELART, Armand & Michéle. **História das teorias da comunicação.** São Paulo: Loyola, 1999.
- MATURANA, Humberto & VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano.** Campinas: Editorial Psy II, 1995.
- _____. Humberto. **Cognição e transdisciplinaridade.** In: **1º Encontro Catalisador do CETRANS - Escola do Futuro – USP,** (URL) [online]. Itatiba, São Paulo – Brasil, Abr. 1999. Available from World Wide Web: <URL:http://www.cetrans.futuro.usp.br/maturana_ed.htm> [05 Jan. 2000].

_____. Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MIÈGE, Bernard. *O pensamento comunicacional.* Petrópolis: Vozes, 2000.

NICOLESCU, Basarab. *A evolução transdisciplinar da universidade, condição para o desenvolvimentos sustentável.* In: **Responsabilidade das universidades para com a sociedade. International Association of Universities – quarta conferência trimestral.** (URL) [Online] Chulalongkorn University – Tailândia, Nov. 1997. Available from World Wide Web: <URL: <http://www.cetrans.futuro.usp.br/thailandiaport.html>> [16 Jan. 2000].

_____. Basarab. *Projeto CIRET-UNESCO – Evolução transdisciplinar da Universidade.* In: **Que Universidade para o amanhã? Em busca de uma evolução transdisciplinar da Universidade.** (URL). [Online] Congresso Internacional de Locarno – Suíça, Abr./Mai. 1997. Available from World Wide Web: <URL: <http://www.cetrans.futuro.usp.br/locarnoport.html>> [26 Nov. 1999].

PEARCE, W. Barnett. **Communication and the human condition.** Southern Illinois: University Press, United States of America, 1989.

_____. W. Barnett. **Novos modelos e metáforas comunicacionais: a passagem da teoria à prática, do objetivismo ao construcionismo social, da representação à reflexividade.** In: SCHNITMANN, Dora Fried. **Novos paradigmas, cultura e subjetividade.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. Págs. 172-184.

SHIMIZU, Heitor. **Mister Web.** *Revista da Web!* n. 6, Mar. 2000, p. 31.

STORCH, Léa Waidergon & COZAC, João Ricardo. **Relações virtuais: o lado humano da comunicação eletrônica.** Petrópolis, Vozes, 1995.

10. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ABREU, Maria Célia de & MASETTO, Marcos Tarciso. **O professor universitário em aula**. São Paulo: Editora MG, 1990.
- ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação – rumo à sociedade aprendente**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Metodologia do ensino superior – da prática docente a uma possível teoria pedagógica**. Curitiba: Editora Ibpex, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. Pierre. **Lições da aula**. São Paulo: Ática, 1988 – Série Temas – vol.8.
- _____. Pierre. **Sobre a televisão – seguido de A influência do jornalismo e Jogos olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BORDENAVE, Juan Díaz. **Além dos meios e mensagens**. Petrópolis, Vozes, 1995.
- _____. Juan Díaz. **O que é Comunicação**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- FERRÉS, Joan. **Televisão e Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- IANNI, Otávio. **A sociedade global**. 3. ed. São Paulo: Civilização brasileira, 1995.
- JAPIASSU, H. **A pedagogia da incerteza e outros estudos**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- LAGE, NILSON LEMOS. *Jornalismo apoiado por computador e jornalismo de precisão*. In: **Aula inaugural**. Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC/Chapecó – 13 de março de 2000.
- LULL, James. **Significado em ação**. In: RECTOR, Mônica & NEIVA, Eduardo (Org.). **Comunicação na era pós-moderna**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MACHADO, Nilson José. **Epistemologia e didática. As concepções do conhecimento e a prática docente**. São Paulo: Cortez, 1995.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: o diálogo possível**. 3. ed. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1995.
- MELO, José Marques de. **Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos**. Petrópolis: Vozes, 1998.

- MORIN, Edgar. **Epistemologia da complexidade**. In: SCHNITMAN, D. F.(Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.
- ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SANTOS, Laymert G. **Consumindo o futuro**. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 de fevereiro de 2000, Caderno Mais, págs. 04 – 08.
- SOARES, Ismar de Oliveira. **Sociedade da informação ou da Comunicação?** São Paulo: Editora Cidade Nova, 1996. Coleção Pensar Mundo Unido.
- WACHOWICZ, Lilian Anna. **Ensino: do conhecimento ao pensamento e deste para projetos**. In: **Educação: caminhos e perspectivas**. Curitiba: Champanhá, 1996.

11. ANEXOS

1 – Carta de Transdisciplinaridade

2 – Diretrizes curriculares do MEC para os cursos de Comunicação Social –
Jornalismo

CARTA DE TRANSDISCIPLINARIDADE

(adotada no Primeiro Congresso Mundial da Transdisciplinaridade, Convento de Arrábida, Portugal, 2-6 novembro 1994)

Preâmbulo

Considerando que a proliferação atual das disciplinas acadêmicas conduz a um crescimento exponencial do saber que torna impossível qualquer olhar global do ser humano;

Considerando que somente uma inteligência que se dá conta da dimensão planetária dos conflitos atuais poderá fazer frente à complexidade de nosso mundo e ao desafio contemporâneo de autodestruição material e espiritual de nossa espécie;

Considerando que a vida está fortemente ameaçada por uma tecnociência triunfante que obedece apenas à lógica assustadora da eficácia pela eficácia;

Considerando que a ruptura contemporânea entre um saber cada vez mais acumulativo e um ser interior cada vez mais empobrecido leva à ascensão de um novo obscurantismo, cujas conseqüências sobre o plano individual e social são incalculáveis;

Considerando que o crescimento do saber, sem precedentes na história, aumenta a desigualdade entre seus detentores e os que são desprovidos dele, engendrando assim desigualdades crescentes no seio dos povos e entre as nações do planeta;

Considerando simultaneamente que todos os desafios enunciados possuem sua contrapartida de esperança e que o crescimento extraordinário do saber pode conduzir a uma mutação comparável à evolução dos humanóides à espécie humana;

Considerando o que precede, os participantes do Primeiro Congresso Mundial de Transdisciplinaridade (Convento de Arrábida, Portugal 2 - 7 de novembro de 1994) adotaram o presente Protocolo entendido como um conjunto de princípios fundamentais da comunidade de espíritos transdisciplinares, constituindo um contrato moral que todo signatário deste Protocolo faz consigo mesmo, sem qualquer pressão jurídica e institucional.

Artigo 1:

Qualquer tentativa de reduzir o ser humano a uma mera definição e de dissolvê-lo nas estruturas formais, sejam elas quais forem, é incompatível com a visão transdisciplinar.

Artigo 2:

O reconhecimento da existência de diferentes níveis de realidade, regidos por lógicas diferentes é inerente à atitude transdisciplinar. Qualquer tentativa de reduzir a realidade a um único nível regido por uma única lógica não se situa no campo da transdisciplinaridade.

Artigo 3:

A transdisciplinaridade é complementar à aproximação disciplinar: faz emergir da confrontação das disciplinas dados novos que as articulam entre si; oferece-nos uma nova visão da natureza e da realidade. A transdisciplinaridade não procura o domínio sobre as várias outras disciplinas, mas a abertura de todas elas àquilo que as atravessa e as ultrapassa.

Artigo 4:

O ponto de sustentação da transdisciplinaridade reside na unificação semântica e operativa das aceções através e além das disciplinas. Ela pressupõe uma racionalidade aberta por um novo olhar, sobre a relatividade da definição e das noções de "definição" e "objetividade". O formalismo excessivo, a

rigidez das definições e o absolutismo da objetividade comportando a exclusão do sujeito levam ao empobrecimento.

Artigo 5:

A visão transdisciplinar está resolutamente aberta na medida em que ela ultrapassa o domínio das ciências exatas por seu diálogo e sua reconciliação não somente com as ciências humanas mas também com a arte, a literatura, a poesia e a experiência espiritual.

Artigo 6:

Com a relação à interdisciplinaridade e à multidisciplinaridade, a transdisciplinaridade é multidimensional. Levando em conta as concepções do tempo e da história, a transdisciplinaridade não exclui a existência de um horizonte trans-histórico.

Artigo 7:

A transdisciplinaridade não constitui uma nova religião, uma nova filosofia, uma nova metafísica ou uma ciência das ciências.

Artigo 8:

A dignidade do ser humano é também de ordem cósmica e planetária. O surgimento do ser humano sobre a Terra é uma das etapas da história do Universo. O reconhecimento da Terra como pátria é um dos imperativos da transdisciplinaridade. Todo ser humano tem direito a uma nacionalidade, mas, a título de habitante da Terra, é ao mesmo tempo um ser transnacional. O reconhecimento pelo direito internacional de um pertencer duplo - a uma nação e à Terra - constitui uma das metas da pesquisa transdisciplinar.

Artigo 9:

A transdisciplinaridade conduz a uma atitude aberta com respeito aos mitos, às religiões e àqueles que os respeitam em um espírito transdisciplinar.

Artigo 10:

Não existe um lugar cultural privilegiado de onde se possam julgar as outras culturas. O movimento transdisciplinar é em si transcultural.

Artigo 11:

Uma educação autêntica não pode privilegiar a abstração no conhecimento. Deve ensinar a contextualizar, concretizar e globalizar. A educação transdisciplinar reavalia o papel da intuição, da imaginação, da sensibilidade e do corpo na transmissão dos conhecimentos.

Artigo 12:

A elaboração de uma economia transdisciplinar é fundada sobre o postulado de que a economia deve estar a serviço do ser humano e não o inverso.

Artigo 13:

A ética transdisciplinar recusa toda atitude que recusa o diálogo e a discussão, seja qual for sua origem - de ordem ideológica, científica, religiosa, econômica, política ou filosófica. O saber compartilhado deverá conduzir a uma compreensão compartilhada baseada no respeito absoluto das diferenças entre os seres, unidos pela vida comum sobre uma única e mesma Terra.

Artigo 14:

Rigor, abertura e tolerância são características fundamentais da atitude e da visão transdisciplinar. O rigor na argumentação, que leva em conta todos os dados, é a barreira às possíveis distorções. A abertura comporta a aceitação do desconhecido, do inesperado e do imprevisível. A tolerância é o reconhecimento do direito às idéias e verdades contrárias às nossas.

Artigo final:

A presente Carta Transdisciplinar foi adotada pelos participantes do Primeiro Congresso Mundial de Transdisciplinaridade, que visam apenas à autoridade de seu trabalho e de sua atividade.

Segundo os processos a serem definidos de acordo com os espíritos transdisciplinares de todos os países, o Protocolo permanecerá aberto à assinatura de todo ser humano interessado em medidas progressistas de ordem nacional, internacional para aplicação de seus artigos na vida.

Convento de Arrábida, 6 de novembro de 1994

Comitê de Redação

Lima de Freitas, Edgar Morin e Basarab Nicolescu

JORNALISMO

COMISSÃO DOS CURSOS DE JORNALISMO

Alberto Dines - Antonio Fausto Neto - Gerson Moreira Lima - José Salomão David Amorim
Nilson Lemos Lage - Ricardo Ferreira Freitas

DIRETRIZES CURRICULARES PARA O CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO

1. INTRODUÇÃO

A comissão de professores e profissionais indicada pelo MEC para elaborar os critérios do Provão de Jornalismo entende que esse tipo de avaliação, se encarado de forma isolada, não é suficiente para a possível reestruturação dos cursos de Jornalismo no País. É necessário que outras formas sejam pensadas, incluindo-se a de novas diretrizes curriculares que contemplem os processos midiáticos contemporâneos.

Nessa linha de raciocínio, recomenda-se que a formação exigida deva ter um caráter multi e interdisciplinar. Ao mesmo tempo, é necessário que fique claro o caráter individual de cada uma das profissões possuidoras de identidade, estilo de reflexão, lógica, métodos e práticas que lhes são próprias.

Importante também frisar que a estruturação curricular do curso, embora flexível, deve preencher quatro eixos básicos do ponto de vista de conteúdo, contemplando-se objetivos e perfil propostos, conforme discorreremos a seguir.

2. OBJETIVOS

Os cursos de Jornalismo devem ter como objetivos fundamentais:

- A) dar conhecimentos teóricos e metodológicos da comunicação ao aluno, mas relacioná-los com o pensar e fazer jornalístico;
- B) desenvolver condições junto ao aluno de forma capacitá-lo a agir em condições de produção, ritmo e periodicidade similares às que se encontram no cotidiano da profissão;
- C) investir na formação sócio-cultural e política do estudante com a expectativa de que venha a aplicar este conhecimento na atividade jornalística;
- D) ministrar ensinamentos sobre as novas tecnologias especificamente no que concerne a sua aplicação às linguagens jornalísticas;
- E) desenvolver a capacidade de reflexão do aluno e sua competência crítica para analisar os padrões e práticas vigentes no jornalismo;
- F) criar condições para que o aluno exercite sua capacidade criativa no sentido de experimentar novas linguagens e produtos de comunicação e se adaptar a diferentes situações de trabalho ou atuação;
- G) trabalhar a questão de postura ética, social e profissional.

3. PERFIL

A busca desses objetivos se justifica tendo como horizonte as seguintes características de perfil do futuro profissional de jornalismo:

- A) domínio da linguagem jornalística para as diferentes mídias;
- B) curiosidade intelectual permanente;
- C) capacidade de percepção dos fatos de sua rigorosa apuração e de sua transformação em mensagem jornalística;

- D) capacidade de traduzir e mediar discursos de forma jornalística;
- E) capacidade de ser humilde diante da realidade e exigente na busca da verdade, com postura ética e de compromisso com a cidadania;
- F) formação que o habilite a interpretar, explicar e contextualizar as informações no mundo em que vive;
- G) capacidade de compreender os mecanismos envolvidos no processo de recepção das mensagens e seu impacto sobre os diversos setores da sociedade;
- H) capacidade de elaborar críticas à mídia e de propor alternativas inovadoras.

4. CONTEÚDO E METODOLOGIA

Em relação a esses dois tópicos, sugerimos para discussão que o curso se apóie em quatro eixos básicos:

4. 1. Conhecimento interdisciplinar

A proposta básica é que as aulas de reportagem e texto, ética e legislação, conhecimentos teóricos da comunicação, conhecimentos sócio-filosóficos e de língua portuguesa (lingüística) componham uma unidade integrada de ensino. O objetivo é, a partir de problemas detectados na captação e produção jornalística, aprofundar-se nas discussões teóricas. Dessa forma, além de se ministrarem conteúdos dessas disciplinas em módulos isolados, recomenda-se a implantação de módulos interdisciplinares a partir de oficinas. Exemplificando: ao se elaborar um jornal-laboratório surgirão questões éticas, de postura profissional ou até mesmo de concepção teórica jornalística. Elas deverão ser aprofundadas neste próprio momento, exigindo-se a

participação dos professores das diferentes disciplinas. Essa unidade integrada de ensino, sugere-se, poderá abordar os seguintes temas:

- A) apuração das informações em diferentes áreas do conhecimento e atuação humana;
- B) desenvolvimento na formulação de questões e condução de entrevistas;
- C) domínio do idioma, abrangendo-se a leitura, compreensão, interpretação e redação;
- D) contextualização dos fatos;
- E) formulação teórica dos diferentes processos de produção jornalística;
- F) aplicação dos conhecimentos de diferentes disciplinas no exercício da função de jornalista;
- G) identificação e equacionamento de problemas éticos do jornalismo.

4. 2. Processos do jornalismo

a. aproximação da universidade ao mercado de trabalho, por intermédio do estabelecimento de convênios, que não firam a proibição do estágio, mas que vislumbrem uma realidade fruto dessa legislação reformulada. É importante frisar que a própria Fenaj já admite a suspensão dessa proibição.

b. implantação de um sistema de laboratórios que proporcione a prática dos processos jornalísticos. É primordial a periodicidade nos produtos elaborados nesses laboratórios, semelhante à do dia-a-dia do mercado. Importante frisar que a universidade não deve voltar sua atuação exclusivamente para a

formação de mão-de-obra ao mercado. É necessário que reflita sobre as tendências desse mercado propondo alternativas de alteração dos diversos produtos midiáticos; Os projetos a serem desenvolvidos nesses laboratórios - sugere-se - podem ser os seguintes:

- jornalismo impresso - jornais e revistas
- radiojornalismo
- telejornalismo
- jornalismo online
- jornalismo institucional
- assessoria de comunicação

4. 3. Análise crítica da imprensa e do contexto social

O objetivo é se fazer o acompanhamento dos veículos de comunicação por intermédio de resumos comparados e estudo crítico da cobertura da mídia a fatos julgados relevantes ou oportunos.

4. 4. Conhecimentos comunicacionais e de jornalismo

Além do ensino regular, sugere-se, por intermédio da realização de seminários periódicos, mobilizando elementos dos meios acadêmico e profissional, o aprofundamento nos temas agendados na área de comunicação/jornalismo.
